



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE

"Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento"

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de dois mil e onze, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e dezoito minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO DOIS - APRECIAÇÃO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS RELATIVAMENTE À ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES ATRAVÉS DA CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICA DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO, NOS TERMOS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS, NÚMERO UM, ALÍNEA R) DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO TRÊS - APRECIAR E VOTAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E ONZE E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE DOIS MIL E ONZE (DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS), BEM COMO APRECIAR E AVALIAR O INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO ALTERADA PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NO ARTIGO QUARENTA E SETE (NÚMERO UM E DOIS) DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, PARA CUMPRIMENTO DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DA CITADA NORMA LEGAL. -----

PONTO QUATRO - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE DOIS MIL E DOZE DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS CONJUGADO COM O NÚMERO SEIS E NÚMERO OITO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

-----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um, alínea b) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal); Manuel Almeida Minderico; Manuel Botas Soares; Manuel Luís da Cruz Bárbara; Luiz Filipe Esteves Neves Inês; Rui Manuel Oliveira Pinto Pires; Aquilino Manuel Pratas da Silva; José Rodrigues; Jorge Alexandre Castro Videira Veiga Dias; Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha; Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro; João Miguel Gonçalves Lopes; Domingos Manuel Monteiro Martins; Duarte José Velhais da Mota Cerveira; Susana Margarida Fernandes Mendes; Pedro António Mendonça Ramos; Paulo Rui Marques Olivença Almeida; Samuel Amorim Prôa; Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Gouveia (Presidente de Junta da Raposa); Alfredo da Silva Trindade (Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente), o Senhor Pedro Miguel Ribeiro (Vice-presidente); Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (Vereadora). José Carlos Silva (Vereador), e Maria de Fátima Rodrigues Pina (Vereadora) e Francisco Manuel Maurício do Rosário (Vereador) José Manuel Aranha Figueiredo (Vereador). -----

Registo de faltas do Executivo: Não se registaram faltas. -----

Registo de faltas da Assembleia: Teresa Paula Rodrigues Aranha (Grupo do PS). -----

Sendo vinte e uma horas e dez minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Boa noite ao Executivo Municipal, Deputados Municipais e público presente. Verifico que existe quórum na Assembleia, estão vinte e quatro deputados dos vinte e cinco que compõem esta Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de Abril de dois mil e doze. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Hoje é um dia especial, é vespera do 25 de Abril, uma data histórica para o povo Português tão mal tratado tem sido nos últimos tempos. Vou começar esta sessão, como em outras ocasiões dar a possibilidade a cada grupo político de fazer a evocação que entender sobre esta efeméride. Para começar, dava a palavra ao Grupo do PSD. -----

LUÍZ INÊS (Grupo do PPD/PSD) »» Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almeirim. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim; Excelentíssimas. Senhoras e Senhores Vereadores do Executivo Municipal Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais; Excelentíssimo Público e Concidadãos. -----

Mais uma vez nos encontramos reunidos para comemorarmos uma data fulcral na história do nosso país. A exortação do 25 de Abril como sendo um marco da conquista da liberdade, dos direitos cívicos e da participação de todos os cidadãos nos destinos da Nação, data esta que se apresentou como uma aurora de esperança num futuro melhor. -----

Trinta e oito anos de vida democrática, supostamente, apresenta-se como um período temporal necessário e suficiente para a manifestação de maturidade de um sistema político, dos seus agentes políticos e, concomitantemente, de uma perceção mais apurada e responsável dos deveres e direitos de todos os cidadãos. -----

Não querendo fazer uma leitura catastrofista da nossa interpretação deste sistema político que é a democracia, constatamos na nossa realidade, uma notória aberração



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

na sua operacionalização. Desde a sistemática e velada corrupção branqueada por um sistema judicial supostamente independente do poder político, ao despesismo desmesurado e irresponsável justificado para a manutenção do poder, culminando numa governação meramente populista e balizada em ciclos eleitorais, tudo vale caros concidadãos. -----

À alegria da festa enaltecida por uma realidade distorcida da verdadeira necessidade e à fartura de alguns que vivem à grande e à francesa como necrófagos saciados, contrapõem-se muitos que não têm direito sequer aos restos do banquete, condicionando irremediavelmente a sua atual situação de vida e aniquilando a esperança de qualidade de vida que todos têm direito. -----

Para branquear a ilusão vendida e reparar a irresponsabilidade danosa dos seus atos, assina-se de cruz uma certidão de óbito como sendo um paliativo regenerador e depois vem-se a público propagar um desconhecimento do acordo e, pasme-se, perante a constatação operativa das consequências nefastas para o comum dos cidadãos, apela-se a bom brado o marimbar-se para o calote. -----

A responsabilidade política não pode ficar-se somente na derrota eleitoral. Essa derrota é resultante da assimetria entre as promessas feitas e a sua concretização. Mas quando essa concretização se apresentar lesiva das condições de vida dos cidadãos por uma perceção envidada e condicionada por interesses divergentes para o qual são eleitos, a responsabilização não deve ser só política, mas sim civil e criminal. E o que nós observamos? Continuamos a ver esses atores a passarem incólumes e a serem sempre os mesmos a pagar pelos seus desvarios. -----

O ator político em Portugal é perfeito na sua literal função quando se encontra na oposição ou perto de um novo ciclo eleitoral. A verdade travestida é utilizada como bandeira, sendo logo abandonada quando os seus propósitos são conseguidos. Resultado disto é o sentimento manifestado por uma parte significativa da população que com o agravar das suas condições de vida, cai em descrédito e participa ativamente cada vez menos, não confiando na sua classe política. -----

A acrescentar, os tão públicos e tristes casos que envolvem políticos e organizações políticas como o BPN, BPP, Freeport, Face Oculta, Apito Dourado, Cova da Beira, Submarinos, Portucal, Parcerias Público-Privadas, Operação Furacão, Fátima Felgueiras, Duarte Lima, Isaltino Morais, etc., etc., cujas consequências são na grande maioria como se diz num adágio popular “a montanha pariu um rato”, agravam ainda mais a confiança e a credibilidade tão necessárias para quem tem em mãos o nosso destino. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A grande maioria da população vive presa ao presente num contexto de pura subsistência estando o amanhã circunscrito a uma vertigem irradiada de esperança. Quem trabalha hoje em dia é um alvo a abater, exacerbado que está de impostos, de ameaças de despedimento, de compensações irrisórias, de cada vez mais deveres e menos direitos, do roubo dos seus rendimentos, do aumento da idade da reforma... e o que mais vier! -----

Precisamos urgentemente de uma mudança de paradigma da nossa democracia, assente numa maior e melhor representatividade dos cidadãos em estruturas de natureza cívica, maior responsabilização da ação política e dos seus atores, uma equidade mais verdadeira para todos nos deveres e direitos, uma defesa efetiva dos interesses do coletivo e uma garantia inequívoca de um Estado de Direito. -----

Temos de mudar de rumo, caros concidadãos, para que a palavra esperança não se torne uma palavra vã e para que possamos continuar a acreditar que valeu a pena lutar pelo nosso futuro. -----

VIVA A DEMOCRACIA -----

VIVA A LIBERDADE -----

VIVA O TRABALHO -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Há trinta e oito anos, a esta hora, algures em Portugal, talvez em Almeirim, uma mãe, uma namorada, uma família choravam. A morte que, tal como um abutre, pairava sobre muitos lares deste país, tinha batido à porta. Uma guerra colonial injusta e sem sentido acabava de fazer mais uma vítima. --- Há trinta e oito anos, a esta hora, algures em Portugal, talvez aqui bem perto, em Alpiarça, uma criança assustada e sem resposta, assistia à prisão do seu pai por homens armados. A repressão que amordaçava este país tinha batido à porta. A PIDE levava para sítio incerto mais um Homem que tinha ousado fazer frente à exploração, um Homem que tinha ousado “Dizer Não”. -----

Há trinta e oito anos, a esta hora, algures em Portugal, talvez aqui em Almeirim, uma mulher chora abraçada ao seu homem que para fazer frente à miséria se preparava para dar o “salto”, tal como tantos outros “que partem, velhos e novos, buscando a sorte noutras paragens, noutras aragens, entre outros povos”, como cantava o poeta. -----

Há trinta e oito anos, a esta hora, em vários pontos do país, e também aqui em Santarém, num acto de coragem e de heroísmo sem par, os Capitães de Abril preparavam-se para avançar e libertar este país de quarenta e oito anos de ditadura, abrindo com o entusiasta apoio do povo as portas à “Revolução dos Cravos” que deu



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

início à construção de um Portugal democrático, mais desenvolvido, mais justo, mais culto e mais digno. -----

Para a CDU, relembra tudo isto, é para nós a melhor forma de homenagear e agradecer a grandiosidade e generosidade do acto libertador dos Capitães de Abril (singela homenagem a Salgueiro Maia) e a luta travada na clandestinidade, por todos aqueles que deram as suas vidas pela liberdade e por um país melhor. -----

Contar aos jovens de agora, a escuridão que assombrava os dias dos jovens de então, é, no entendimento da CDU, contribuir para lhes transmitir o verdadeiro valor, dimensão e sabor da Paz, da Liberdade, da Democracia, dos Direitos Sociais. É fazer-lhes compreender o quanto estes direitos foram duros de conquistar e quanto são importantes de preservar. -----

Relembra tudo isto, é também, uma maneira de combater o branqueamento da ditadura cujos objectivos são fáceis de adivinhar no momento que o nosso país atravessa. -----

Para nós, homenagear a “Revolução dos Cravos”, não passa só por evocar a profunda alegria que esses momentos representaram, passa também por repor a verdade sobre o profundo alcance económico, social e civilizacional das mudanças operadas e conquistadas com 25 de Abril. -----

Conquistas essas que ficaram consagradas na Constituição de mil novecentos e setenta e seis e que levaram a uma profunda e inegável melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo do nosso país. -----

Para alguns, as comemorações desta data, não passarão do cumprimento contrariado de uma “formalidade” que não tiveram ainda a ousadia de eliminar. Para estes tudo isto já passou à História. Aliás nunca deveria ter entrado na História - mais um feriado histórico que teria dado grande jeito eliminar. -----

Haverá até quem tenha pena que a Troika não tenha incluído essa exigência no seu Programa para com ela se escusarem. -----

Mas se a data foi ao longo destes trinta e oito anos comemorada nas ruas e continua no calendário dos eventos oficiais, a sua essência tem vindo a ser paulatinamente dinamitada, sem escrúpulos nem vergonha, com responsabilidades partilhadas entre PSD/CDS/PS. -----

Chegamos agora ao momento dos bombardeamentos com a artilharia pesada, numa tentativa desesperada de arrasar tudo o que resta dos pilares do 25 de Abril que ficaram consagrados na Constituição de mil novecentos e setenta e seis e que



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

sustentaram a grande mudança civilizacional operada no nosso país, que geram bem-estar e desenvolvimento: -----

- A Economia e o Desenvolvimento Sustentável com a privatizações dos sectores estratégicos e fundamentais tais como a banca, as águas, o sector energético e os transportes, hipotecando assim não só o desenvolvimento económico, mas também a sustentabilidade ambiental e o emprego; -----

- O Estado Social com os ataques proferidos aos direitos ao emprego, aos direitos dos trabalhadores, aos direitos sociais, à saúde, à educação e aos serviços públicos, empurrando milhares de trabalhadores para a pobreza e instituindo de novo a caridade como forma de sobrevivência; -----

- A Soberania Nacional, com políticas de destruição total da nossa produção nomeadamente a nível alimentar e de subjugação aos interesses económicos e directrizes políticas do grande capital internacional e da União Europeia; -----

- A Democracia, atacando a sua vertente mais participativa e mais próxima do cidadão, o Poder Local; -----

Senhoras e senhores Munícipes aqui presentes, Senhores deputados Municipais, senhores vereadores, Senhor Presidente CM, senhor Presidente AM: -----

Há trinta e oito anos, a esta hora, mesmos os que desejavam e lutavam por um Portugal mais belo estavam longe de “sonhar” que o despertar da aurora do dia 25 de Abril de setenta e quatro ficaria na História do país e do Mundo representado pela imagem de um menino a colocar um cravo no cano de uma espingarda. -----

O que a “Revolução dos Cravos” nos ensinou, indubitavelmente, é que “o sonho é possível”, é que, mesmo nos momentos mais negros da vida individual e colectiva dos povos, há sempre lugar à esperança e à mudança. -----

Para isso é preciso que o Homem haja, não vergue e saiba “Dizer Não”. -----

É preciso coragem como a dos Capitães e a de todos os que fizeram frente à ditadura, é preciso valorizar o essencial e não o supérfluo e passageiro. É preciso amar os Homens é preciso amar o seu país. -----

E porque a CDU está convicta que no público, nas outras bancadas aqui presentes, bem que com opiniões diferentes, também há homens e mulheres que prezam a Liberdade, a Democracia, a Justiça social, O Desenvolvimento e a Soberania Nacional, apelamos aos eleitos de outros forças aqui presentes que partilham destes valores, a recusarem seguir os caminhos dos seus partidos, a juntarem –se a nós e a oporem-se a todas as medidas que venham por em causa definitivamente os pilares de Abril. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Pela parte da CDU continuaremos a lutar. Queremos um Portugal melhor, recusamos voltar a cantar a canção do emigrante. -----

VIVA O 25 DE ABRIL. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Senhor Presidente, Mesa, Executivo, colegas deputados e público, para todos, Boa Noite. -----

Confesso que não tínhamos preparado nenhuma intervenção alusiva a este tema, até porque como é hábito as duas bancadas que já fizeram uso da palavra, apresentam uns discursos bastante eloquentes e informativos e até recordativos do que foi o 25 de Abril, e da época que se tinha antes do 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. -----

Independentemente das opiniões e dos pontos de vista de cada uma das bancadas, penso que existe um chavão que salta à memória de todos, que é a palavra Liberdade. E o 25 de Abril está intimamente associado à palavra Liberdade. -----

Vou fazer algumas comparações para tentarem chegarem à mensagem que pretendo transmitir. Imaginando um jovem que aos seus dezoito anos consegue a imacipação e diz “eu sou livre” mas vive da mesada do pai, está condicionado ao valor que o pai lhe dá. Por sua vez o pai mantém a autoridade para de uma forma taxativa, dizer; “podes gastar desta forma, podes gastar tanto, podes ir às discotecas, podes ir aos bailes, podes compra livros, podes ir para a universidade”. Pergunto, que tipo de liberdade é que este jovem tem? Apenas tem dezoito anos e conseguiu a imacipação. Que liberdade tem uma mulher ou um casal, colocando a possibilidade de proceder a um aborto voluntário, sabendo que a decisão que toma está dentro da legalidade e tem liberdade para tomar essa decisão, toma a decisão não condicionada pela questão legal, mas sim pela sua situação económica não tão pouco por ter ou não ter mais filhos. Pergunto; que liberdade tem esta mulher? Que liberdades têm este casal? -----

Um jovem do ensino superior que resolve abdicar da sua formação, não em função da sua motivação ou acreditar ou não que vai ter futuro com o diploma que vai obter, mas sim com base na situação económica dos seus pais. Não se se há liberdade quando um jovem tem de tomar uma decisão com esta. -----

Mas, estando aqui hoje a recordar um facto histórico e ainda bem que o recordamos, quais eram os ideais de Abril e qual era o regime que se via antes desta data, sera muito oportuno fazer um minuto de silencio, não de pesar, não de lástima, mas para que possamos considerar sobre o uso que temos feito à liberdade que foi conquistada em mil novecentos e setenta e quatro, ao mesmo tempo meditando sobre o País que vamos ter se continuarmos a dar o mesmo uso á liberdade que foi conquistada. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JORGE VEIGA DIAS (Grupo do PS)»» Senhor Presidente Assembleia Municipal;
Presidente da Câmara Municipal; Vereadores e Membros da Assembleia Municipal;
Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

Comemora-se no dia de amanhã, o trigésimo oitavo aniversário da revolução do 25 de Abril de 1974. -----

Mais uma vez, é com grande honra poder estar aqui nesta também sessão evocativa deste grande acontecimento da nossa história. -----

Tudo aquilo que possa dizer, ainda que em breves palavras, resulta da conquista de há trinta e oito anos, o que nos permite, dizer, de forma livre, o que pensamos, o que sentimos, sem opressão e sem medo de qualquer censura; -----

Com o 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, nasceu a verdadeira Democracia, o Pluralismo Político e com estes a saudável diversidade de opiniões, a livre expressão de ideias, o direito de criticar e discordar, a liberdade de expressão.

Parece ser unânime a opinião que o 25 de Abril ocorreu para usado! -----

A liberdade, a democracia, a participação cívica, o uso do contraditório, a liberdade de expressão, o uso do voto. -----

Deu-nos mais o 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro: -----

- A abertura de Portugal ao exterior; -----
- A igualdade dos cidadãos perante a lei; -----
- O direito de cada um eleger o seu representante e ser eleito; -----
- O direito no trabalho, os direitos sociais, o direito a uma qualidade de vida condigna.

Mas nem tudo foram cravos com esta revolução. -----

Estamos ainda longe, muito longe, de alcançar uma aproximação entre os cidadãos em termos de igualdade, - que nos últimos tempos é cada vez mais desigual, tanto a nível económico como a nível social. -----

Hoje de forma clara e evidente assistimos a uma continuada e acentuada degradação do Estado Social, em que os pobres são cada vez mais pobres e a precariedade no emprego e condições de trabalho são uma realidade. -----

Será pois necessária uma mudança radical nas políticas locais, nacionais e internacionais, promovendo-se e protegendo-se a cidadania. -----

Mesmo tendo nascido já se tinha dado a Revolução de Abril, sempre soube a sua história, mas sei também o que efectivamente relevou nesta revolução e o que se reflectiu nas nossas vidas. -----

É essencial para o país que toda a classe política actue para que acabe a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

desconfiança e descrença sentida actualmente pelos cidadãos, em especial pelos jovens tanto a nível nacional, como a nível local. -----

Urgem políticas concelhias, estruturais, capazes de originar uma boa qualidade de vida e que perspectivem um futuro estável como têm sido as desenvolvidas pelos executivos de maioria do Partido Socialista no Concelho de Almeirim. -----

Somos em Almeirim um concelho que tem de ano para ano, criado mais e melhores condições de vida para os Almeirinos e para todos os visitantes. -----

A sensibilidade maior dos líderes políticos, nesta altura de recessão, deve estender-se em especial às famílias, em particular as mais carenciadas, de modo a que se garanta a dignidade humana, atendendo-se sempre aos valores da igualdade, equidade e justiça, enfatizando a função social do Estado. Os tempos que se aproximam não serão fáceis. -----

Haverá certamente a necessidade de os Municípios terem de reforçar o apoio social, criando com os seus parceiros – as freguesias em especial – planos de acção com vários níveis de resposta consoante a gravidade dos casos. -----

É isso que o Município de Almeirim tem feito há já vários anos a esta parte. Também aqui o Partido Socialista, em Almeirim, tem procurado implementar políticas sociais, que aliás fazem parte da sua matriz ideológica. -----

Não se pode deixar de apoiar e investir nas pessoas e na sua qualificação. -----

Não se pode deixar de apoiar as freguesias, - quando agora se pretende extinguir algumas - já que são estas que estão mais próximas das populações rurais e que têm nesses locais a vigilância de casos de carência social. -----

Os políticos e detentores de cargos públicos quando eleitos pelo povo, têm o dever e obrigação de actuar com responsabilidade, com seriedade e com sobriedade. -----

Os decisores políticos têm de ter uma actuação responsável de acordo com aquilo que é o ensejo e as necessidades da população que administram e têm de saber actuar, ouvindo opiniões e o que é do conhecimento prático e a vivência da sua população, promovendo deste modo, a democracia participativa, que não pode ser expressada apenas pelo voto no dia das eleições. -----

Imperativo é, assim, que se altere o trajecto e as políticas seguidas nos últimos tempos a nível nacional e internacional, correndo atrás de objectivos que, cremos, serão inalcançáveis, com o único propósito de parecer e ficar bem para os outros. -----

E a economia? O emprego? Os apoios sociais? O ensino? A saúde? Tudo direitos consagrados na nossa lei constitucional que são deixados para trás? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

E quando a Constituição da República Portuguesa é hoje o nosso último garante do cumprimento, a nível nacional, da legalidade muito mal andamos se faz tábua rasa de todos estes deveres fundamentais. -----

As pressões que se sentem para que as vontades de uns sejam respeitadas e aprovadas, desvirtuam os princípios fundamentais do 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. -----

Devemos ter coragem de exigir dos nossos governantes. Em consciência não basta pensar. -----

Tenhamos também um fundo de coragem e façamos em cada um acontecer Abril. -----

Viva o 25 de Abril. -----

Viva Almeirim. -----

Viva Portugal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» De seguida peço-vos que me permitam que diga também duas ou três palavras sobre este momento. -----

A primeira é verificar e admitir que ao contrário daquilo que alguns defendem o 25 de Abril não pode ser reduzido ao mero exercício do direito de voto. As liberdades e as garantias do povo trabalhador têm sido ferozmente atacados e torpedeados nos últimos tempos. Estamos de cocaras, e permitam-me a expressão daquilo que efectivamente sinto perante o capital dos mercados. Temos de recuperar a nossa independência economia e financeira e para isso, por muito que nos custe, temos que admitir que temos de aprender a viver de acordo com as nossas possibilidades, com a riqueza que geramos. Apesar disso, julgo que devemos ter esperança, de recuperarmos o espírito de Abril, quando a ocasião for mais propícia. Não devemos perder a esperança. -----

Viva o 25 de Abril. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Se não houver mais ninguém para se pronunciar sobre esta efeméride, vamos então entrar na Assembleia ordinária de Abril. -----

----- * **Votação da acta da sessão ordinária do Mês de Fevereiro de dois mil e onze.** Aprovada com vinte e um votos a favor, treze do grupo do PS, quatro do grupo do MICA, dois do grupo da CDU e dois do grupo do PPD/PSD. Três abstenções, duas abstenções do grupo do PS, e uma do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A minha abstenção prende-se com o facto de não ter estado presente na reunião, por motivos atempadamente justificados. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)

SAMUEL AMORIM PRÔA (Grupo do PS) »» A minha abstenção deve-se ao facto de não ter estado presente nessa Sessão da Assembleia Municipal.

CORRESPONDÊNCIA

(Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Vou passar a dar conta da correspondência recebida.

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de vinte e nove de Fevereiro de dois mil e doze, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por:

ALDA PAULA FERREIRA MELRO LEANDRO – Ofício a enviar esclarecimento sobre resposta da Assessora do Senhor Presidente às suas declarações, em Dezembro de dois mil e onze.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – Ofício a solicitar respostas às perguntas formuladas pelo Deputado João Rebelo do CDS-PP. Ofício a solicitar respostas às perguntas formuladas pelo Deputado Altino Bessa do CDS-PP

FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE SANTARÉM – Ofício a enviar convite para a celebração do dia do Bombeiro, que se realiza no próximo dia seis de Maio na Cidade de Tomar.

CESP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal – Ofício a enviar informação relativa a “Abertura dos estabelecimentos Comerciais no 1º de Maio”.

ANMP – Associação nacional de Municípios Portugueses – Ofício a enviar parecer sobre faltas de eleitos locais.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício com assuntos a incluir na sessão ordinária da Assembleia Municipal do mês de Abril, ofício a enviar convocatória para o Conselho Municipal de Educação no dia catorze de Março; Ofício a enviar Moção “Pelas Populações: Sim, as Freguesias são importantes”, aprovada em reunião de Câmara por unanimidade. Ofício a solicitar que o Presidente da Mesa Assembleia Municipal, autorize a intervenção da Chefe de Contabilidade e do Revisor Oficial de Contas, no ponto Três da Ordem de Trabalho.

Justificação de Faltas: Ofício de Armindo Castelo Bento (MICA) a solicitar a justificação de falta para a sessão ordinária de Abril, Ofício de Ana Sofia Casebre



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

(MICA) a solicitar a justificação de falta para a sessão ordinária de Abril. Ofício de Tiago Correia Campos (MICA) a solicitar a justificação e falta para a sessão ordinária de Abril; Ofício de Carlos Alberto Coelho Arraiolos (MICA) a solicitar a justificação de falta para a sessão de Abril; Ofício de Manuel Virginia Lourenço (PS) a solicitar a justificação de falta à sessão de Abril; Ofício de Carla Marina Sousa Jesus Silva (PS) a solicitar a justificação de Falta à sessão de Abril; e Ofício de Maria José Serôdio Dias (PS) a solicitar a justificação e falta para a sessão ordinária de Abril. -----

Renúncia de Mandato: Ofício de Vera Maria Cortimpau Soares a enviar renúncia de mandato com efeitos a partir do dia vinte e quatro de Abril, inclusive. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Gostaria de pedir ao Senhor Presidente da Mesa para consultar a correspondência no final da sessão. Penso que há aí uma resposta da Senhora Alda Leandro à carta da Professora Sandra Isabelinha, que foi distribuída aos grupos políticos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Tal como distribuimos a carta da Senhora Assessora para o Desporto da Presidência da Câmara, vamos também fazer o mesmo com a presente carta. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Há também uma carta de uma entidade que enviou um parecer sobre as faltas dos deputados. Gostaria de ter acesso a esse parecer. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não há nenhum parecer sobre as faltas dos deputados. -----

Sobre a referência que refere, poderei distribuir depois. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para que os Senhores Deputados se possam pronunciar sobre os assuntos de interesse local ou para colocarem alguma questão ao Executivo Municipal. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Esta minha intervenção tem um interesse local e é reforçado pela data que estamos a atravessar, que é o 25 de Abril, Liberdade, que é no fundo a possibilidade de nós participarmos activamente na política do nosso Concelho e do nosso País. Só lamento que as bancadas nas estejam preenchidas com muitos pedidos de intervenção, sobre os assuntos que vamos hoje aqui discutir. É um assunto um pouco peculiar, mas deixo-me surpreendido, pois tive conhecimento dele, primeiro pela comunicação social do que pelos órgãos oficiais. Sai no Mirante uma notícia, cujo título é “Guerra entre o Presidente da Câmara de Almeirim e ex-Presidente da Assembleia ainda não terminou”. Não vou ler todo o conteúdo, até porque está disponível na internet, mas diz algures aqui, esta notícia ainda não foi



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

desmentida, que “O Presidente da Câmara já fez chegar ao Presidente da Assembleia o seu desagrado pela situação, e, refere-se à constante ausência do Deputado Armindo Bento da Bancada do MICA”. “Sousa Gomes disse ao Mirante que Armindo Bento merece perder o mandato, e revela que tem insistido com o Presidente do Órgão, José Marouço, para que tome uma posição”. Antes de nós considerarmos esta notícia, faço três perguntas. Quando foi a ultima vez que a bancada do PSD conseguiu fazer sair na comunicação social uma notícia sobre as suas inúmeras propostas e sugestões sobre o que é discutido na Assembleia Municipal. Pergunto, quando foi a ultima vez que a bancada da CDU conseguiu fazer sair na comunicação social uma notícia sobre as suas propostas ou sugestões aqui apresentadas? -----

Somos obrigados a pensar, que relações existem entre a comunicação local e o Senhor Presidente da Câmara para uma não noticia sair na comunicação social. Havendo alguma ilegalidade por parte de qualquer deputado, a posição do presidente da Assembleia pode ficar em causa. -----

O deputado Armindo Bento não justifica as faltas, pede para ser substituído, como determina a Lei. Esta decisão não depende do Senhor Presidente da Câmara concordar ou não. -----

Este assunto é de tal modo grave, que verificamos que um órgão que é fiscalizado, se intromete num órgão que é fiscalizador. -----

O senhor Presidente da Câmara sabe que não pode interferir no funcionamento dos Grupos da Assembleia Municipal que foram democraticamente eleitos pelas populações. -----

Já que falamos de democracia e na vontade expressa que é manifestada pelos deputados presentes, só recordar uma situação que a mim é completamente indiferente, mas para vermos como é que a democracia funciona no nosso Concelho. Em que nós temos um senhor deputado que propõe a retirada dos pelouros de uma Vereadora que foi legalmente democraticamente eleita pelo povo, e essa sugestão é automaticamente acatada. Isto faz-nos pensar no seguinte; as listas são feitas para ganhar eleições independentemente das competências que essas pessoas têm ou não para assumir os pelouros, porque depois há a garantia, com recurso ao erário publico contratar os assessores para tomar conta dos pelouros que entretanto não são coordenados pelos Vereadores democraticamente eleitos. Quando se pede para alguém perder os pelouros, para poupar os recursos dos contribuintes é aquele que foi democraticamente eleito, que é retirado das suas funções, e os assessores com encargos elevadíssimos para os contribuintes mantem exactamente as mesmas



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

funções. Isto que se passou no Mirante, é lamentável, não há necessidade nem devia acontecer trinta e oito anos depois do 25 de Abril. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Senhor Presidente foi feita uma referência em que eu estou incluído, pelo que gostava de dizer ao Senhor Deputado que aquilo que foi publicado no Jornal é pura e simples autoria do Jornal, porque eu não dirigi nenhuma notícia ao Mirante. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Na minha intervenção do 25 de Abril, referi os ataques que estavam a ser feitos à democracia, à soberania, nomeadamente através do que directo ao poder local que é aquele que não sendo muito bem usado por alguns, não é no entanto por defeito da Lei, mas sim por incumprimento e violação da Lei. Mas não é isso que se pretende mudar. O que se pretende mudar é a Lei e os alicerces do Poder Local na sua relação de proximidade com as populações e no serviço que ela presta ou pode prestar e poderia prestar melhor às populações se bem utilizado. -----

A CDU admira-se encontrar nas propostas e Moções entregues, uma Moção da PS a congratular-se com desistência de acabar com a Junta de Freguesia de Raposa. -----

A Lei apresentada pelo Governo ainda está sujeita a muitas interpretações, mas parece que há já uma coisa clara, é que as Freguesias vão ter obrigatoriamente de diminuir. Cinquenta por cento das freguesias urbanas, e julgo que no caso do Concelho de Almeirim, não inclui só a Freguesia de Almeirim como urbana, segundo parece e vinte cinco a trinta e cinco por cento das outras Freguesias. Por isso alguma coisa vai abaixo no nosso Concelho. Estranhei o silêncio feito, mas se calhar é porque o PS está-se a prepara para apoiar esta situação do PSD. Tem-se tentado a nível da comunicação social, diremos, enganar as populações, dar a entender que a Lei já não vai reduzir nada, que já não é o que era...Mas, a verdade é que a Lei está na Assembleia da Republica, e diz o que diz. Talvez tenha mudado, e mudado talvez para pior. Por outro lado, também se reduziu um numero de questões a propósito de reduções, de cortes e poupanças, mas na realidade nenhum estudo garante essas poupanças, pois todos nós sabemos que essas poupanças quando são feitas sobram para o mexilhão e nunca para outros. Para acabar, quero deixar a posição da CDU que se recusará, totalmente, em todos os órgãos onde está eleita a assumir o papel de coveiro das Freguesias. Porque esta Lei, de certa forma também remete para os eleitos locais, nomeadamente para as Assembleias Municipais o papel de escolher a Freguesia a abater. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Para a CDU, não haverá nenhuma freguesia a ser extinta. Estamos contra esta Lei. Ela é um ataque às conquistas do 25 de Abril. -----

Outra preocupação que a CDU quer deixar é em relação à reorganização da rede escolar, mais outra que vem em nome da economia e da poupança. A reorganização da rede escolar vai forçar e agravar aquilo que o PS tinha começado, Também é verdade que o PSD tem as costas largas e tarefa facilitada porque já deixaram tudo no tapete rolante, agora é só empurrar mais alguns lá para cima. Neste caso reagrupar novas escolas e aumentar mais os agrupamentos existentes. Isto vai acontecer em Almeirim. Embora a CDU preze o facto que a Câmara na sua última reunião tenha votado contra o Mega Agrupamento, inicialmente proposto e pretendido pela DREL, mas não nos parece que perante a intransigência que se mantém reagrupar à força as escolas venha melhorar. Nós não somos contra os agrupamentos, se voluntários e para trabalharem em rede e melhorar a pedagogia. Mas porque a finalidade de forçar estes megagrupoamentos tem outro objectivo: menos professores, menos pessoal docente, menos trabalhadores, menos condições de trabalho (por exemplo o pessoal auxiliar, tem de se deslocar de um lado para o outro), menos postos de emprego para todos, mais alunos por turma. Isto num momento em que o País precisa de emprego, onde o Estado através da Administração Pública não pode dizer aos privados para tomarem a iniciativa de criar um emprego e ele próprio por tudo na rua. Fica aqui a nossa preocupação e a nossa recusa de alinhar nestes jogos. -----

Lamentamos que infelizmente o PS tenha aberto a porta da Auto-estrada, e agora o PSD entra a cento e vinte e se calhar ainda leva a reboque também a carrinha do cãozinho lá onde vai o PS. Por isso nós lamentamos isto, nós avisamos desde o início que isto começou que ia correr mal e vai correr mal para o País se assim continuar, pois quando estivermos todos à porta da igreja de bandeja não há mais ninguém para por a moedinha. -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Gostava de reler a recomendação que fiz na última vez para que o Senhor Deputado do MICA ouça bem as minhas palavras e se quiser, lê-las na acta que foi à momentos aprovada, para não dizer as inverdades, eu diria mais, as mentiras que disse. -----

A recomendação; “Considerando a crise económica e financeira que atravessamos. ---

Considerando que todos temos que fazer sacrifícios, voluntariamente, ou não. -----

Considerando a necessidade que o Município tem de reduzir custos certos. -----

Considerando que noutras alturas os membros do executivo a tempo inteiro eram em número mais reduzido. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Recomendo que o número de vereadores a tempo inteiro, no Executivo da Câmara Municipal de Almeirim, seja reduzido de um elemento. -----

Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e nove de Fevereiro de dois mil e doze. -----

Ora, que eu saiba, não há ninguém no executivo que se chame um elemento. Foi o que eu propus. Não propus nomes, não propus pelouros, nem coisa nenhuma. Propus um elemento. -----

Boa noite Senhor Presidente. -----

ALFREDO TRINDADE (Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo) »»

Boa noite Senhor Presidente, boa noite minhas senhoras e meus senhores. -----

Lamento que a Senhora Deputada Manuela Cunha se tenha ausentado, para lhe demonstrar o meu desagrado pelas palavras que ela proferiu na sua intervenção, tentando dizer que o Partido Socialista está de acordo com extinção de freguesias visto não ter tomado qualquer posição. Gostaria de informar esta Assembleia e a referida Deputada que estiveram vários elementos das freguesias do Concelho, no dia vinte e sete de Março, nas instalações em Lisboa na CCDRLVT, onde tivemos a oportunidade perante os membros do Governo presentes demonstrar a nossa indignação o nosso repúdio e descontentamento contra as medidas tomadas e a maneira como foram apresentadas, relativamente à extinção de Freguesias. Deste modo, julgo que a Senhora Deputada deve falar do que sabe, e não inventar o que não sabe. -----

RUI PIRES (Grupo do PS) »» Boa noite a todos os presentes. -----

Sobre o problema da extinção de um posto de um lugar de Vereador a tempo inteiro na Câmara Municipal de Almeirim quero voltar a dizer o seguinte. Este assunto começou por uma proposta de recomendação de um membro do PS doutor Manuel Luís Bárbara em que proponha ao Executivo Municipal a eliminação de um lugar de Vereador a tempo inteiro e a decisão dessa eliminação caiu na Professora Fátima Pina. Esta decisão é da exclusiva responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara. Quanto à intervenção da Senhora Deputada Manuela Cunha, gostaria de lhe dizer que um bocadinho de contenção, especialmente numa altura em que estamos a comemorar o 25 de Abril, não faz mal a ninguém. Dizer que o PS vai na caixa do cãozinho é um bocadinho agressivo. -----

Não gostaria de responder nos mesmo termos. Obrigado. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou voltar a dar a palavra ao Senhor Deputado Aquilino, ao qual peço que seja breve. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Pedi a palavra porque fui citado, mas vou ser breve, e se me permitir dirijo-me ao Deputado Luís Bárbara, uma vez que é para ele a minha intervenção. -----

Estou a pedir autorização e o Senhor Presidente não a negou. -----
Senhor Deputado Luís Bárbara a sua idade e altivez do seu discurso não torna mais verdadeira a sua intervenção do que a minha. Em nenhum ponto eu li que você propôs a eliminação da Vereadora A ou B. Se o Senhor estivesse estado atento, até verificava que lhe fiz um elogio. A sua proposta foi de tal forma bem vinda que produziu efeitos imediatos. Só lamentei que a proposta tivesse sido dirigida a um membro democraticamente eleito e não a muitos dos outros que também levam muitos dos recursos dos contribuintes e que não foram eleitos pelos cidadãos. Foi só isso que eu disse. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Peço desculpa ao Partido Socialista, até porque não tenho problemas em pedir desculpa quando erro. Se a imagem que utilizei ofendeu, não era minimamente a minha intenção de o fazer. -----

Na minha vertente ecologista, os cães são animais que gosto muito. Pelo que não vi na utilização do termo, algo de ofensivo. -----

Congratulo-me com a presença da Junta de Freguesia de Benfica nessa reunião, não sei se as outras estiveram. No entanto gostava de estranha a ausência de pronúncia sobre a matéria quando assunto está a aquecer e quando está a ser debatido, e quando está em cima da Mesa uma Moção relativamente à Raposa. -----

Peço desculpa. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar à apreciação do primeiro voto de Louvor apresentando pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim. -----

-----Voto de Louvor-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, propõe que a Assembleia Municipal de Almeirim aprove um voto de louvor aos alunos Ana Vicente, Catarina Cardeta e João Nunes, da Escola do 2º e 3º Ciclos de Fazendas de Almeirim, que conquistaram a Medalha de Bronze na semi-final das Olimpíadas de Química Júnior na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. -----

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE O VOTO DE LOUVOR. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar ao votos de congratulação. -----

-----Voto de Congratulação-----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, propõe que a Assembleia Municipal de Almeirim, reunida no dia vinte e quatro de Abril de dois mil e doze, se congratule pela inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Paço dos Negros, na Freguesia, no passado dia vinte de Abril do corrente ano. -----

SUSANA MENDES (Grupo do MICA) »» Boa noite a todos. -----

Sou de Paço dos Negros e estou completamente de acordo com as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim quando diz que é uma extremamente necessária. Porém tenho algumas dúvidas no que diz respeito à instalação e ao início de funcionamento do sistema. Pelo que sei e ouço não estão definidos os procedimentos que temos de seguir. Ninguém sabe dizer em concreto como devemos proceder. Gostava que esses procedimentos fossem definidos e comunicados à população, pois o mês de maio está a chegar e a factura vai cair sem ninguém ou quase ninguém ter em funcionamento esses bem que tanto esperamos.

Mais, penso que posso falar pela maioria da população de Paço do Negros, o prazo dado para a instalação foi curto. Essa instalação em grande parte das casas é bastante dispendiosa e como todos sabem os tempos que correm não são os mais favoráveis. Gostaria que isso fosse tomado em consideração na altura do início da facturação. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Boa noite a todos os presentes. -----

Relativamente a este voto de congratulação, afirmamos que ainda bem que finalmente, ao fim de tantos anos de necessidade, se faz a construção desta Estação de Tratamento de Águas Residuais de Paço dos Negros. Realmente, é curioso, deve ser mesmo por falta de tema, que aquilo que é obrigação da parte do Município e que já vem atrasado dá lugar a um voto de congratulação, mas é o Concelho que temos. -- Gostava de lançar ao PS de Almeirim um repto, dado que esta obra se insere nas Águas do Ribatejo e o Município de Almeirim é nessa empresa contribuinte liquido, ou seja, paga mais do que aquilo que recebe de investimentos, que também começassem a trazer votos de congratulação aquando das inaugurações de outras estações de tratamento de águas residuais, como por exemplo do Granho e do Couço, dado que nós também vamos pagar uma parte dessas obras. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Subscrevo as duas intervenções anteriores mas para além disso gostaria de colocar aqui uma questão. Na última Assembleia Municipal, um Munícipe de Paços dos Negros colocou no período de intervenção do público e saiu na imprensa as suas preocupações relativas às ligações dos esgotos às



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

casas que estão abaixo da cota e do nível da estrada e os custos acrescidos que advém da ligação das mesmas ao sistema. -----

A jovem deputada da Bancada do MICA coloca a preocupação dos custos em geral, custos ainda acrescidos para os Municípios que tem problema da cota, uma situação que em Paço dos Negros é muito vulgar. -----

Pensava que a Câmara municipal desse hoje alguma explicação sobre essa matéria. Espero que venha na próxima Assembleia Municipal uma explicação sobre tudo isto.---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou mais uma vez a palavra ao Senhor Deputado Aquilino. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» É só para recordar que na última Assembleia Municipal o Senhor Vice-presidente depois de alguns contactos que fez, garantiu que as ligações, sendo efectuadas no prazo máximo de três meses, seriam gratuitas para os utilizadores. Deste modo, deve-se informar estes potenciais utilizadores para que o façam dentro do prazo útil, tendo em conta esta oferta que as Águas do Ribatejo estão a fazer. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Julgo que essa será uma prioridade informativa da Águas do Ribatejo. De qualquer maneira é uma recomendação a ter em conta. ----- Ausentou-se da Sala antes da votação a Senhora Deputada Manuela Cunha. -----

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE O VOTO DE CONGRATULAÇÃO. --

-----Voto de Congratulação-----

-----Voto apresentado pelo Grupo do PS-----

O treze de Abril ficará para a história do poder autárquico democrático como um dos dias mais negros. Nessa sexta-feira de má sorte a maioria do PSD, CDS/PP aprovaram a Lei 44/XII, que impõe de forma administrativa e completamente cega o corte de mais de um milhar de freguesias em todo o País. -----

Esta pretensa reforma visa desequilibrar ainda mais o País e com isso afastar muitas populações do seu único meio de ligação com a Administração Pública. Depois do fecho de escolas, correios, centros de saúde as Juntas de Freguesia e os seus eleitos são os únicos que garantem a presença do Estado nestes lugares. Terminar com isso é acima de tudo uma vontade política de quem entende que tudo pode ser privatizado, que apenas deve existir o lucro nem que para isso, centenas de milhares de Portugueses percam qualidade de vida. -----

Essa Lei não pretende resolver os problemas económicos do Estado, pois tal como o próprio Governo já assumiu não são os zero virgula zero noventa e seis por cento do PIB das Freguesias que são significativas. Esta Lei não pretende racionalizar. Esta a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Lei não pretende melhorar os serviços públicos. Esta Lei apenas visa dizer que se reforma, nem que para isso o resultado final seja desastroso no médio e longo prazo. Se o Governo pretendia extinguir freguesias, deveria fazê-lo com conversa com as populações e com os eleitos como o fez António Costa em Lisboa. -----

Esta fúria reformista do actual Governo é tal que não nos espanta que no futuro queiram ripristinar a Lei dos administradores do concelho e dos regedores nomeados em Lisboa. Se as populações o permitirem esse dia chegará mais em breve do que se pensa. -----

Dito isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostava de se congratular com o facto de a luta das populações e dos eleitos locais, nomeadamente na manifestação que decorreu no passado dia trinta e um de Março em Lisboa e onde foi possível juntar cerca de duzentas mil pessoas, ter dado alguns frutos. Foi esta pressão que com toda a certeza fez o Governo recuar e permitir que no caso concreto de Almeirim a população da Freguesia de raposa possa continuar a eleger os seus representantes no próximo ano. -----

Assim sendo, o PS propõe um voto de congratulação pela manutenção da Freguesia de raposa a ser aprovada por esta Assembleia, assim como expressar aos três membros do Executivo da Freguesia de Raposa o nosso reconhecimento pelo trabalho realizado na oposição a esta Lei. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a este voto de congratulação algumas coisa vão ser comuns com uma Moção que aqui está na defesa das Freguesias, apresentada pelo Grupo da CDU. Temos de tecer algumas considerações. Primeiro, pelo facto deste voto ser do PS, recordamos que nesta mesma Câmara veio aqui também uma recomendação do PS que propunha a extinção da freguesia da sede de concelho, a Freguesia de Almeirim. Proposta contra a qual nós somos contra. Não podemos deixar passar isso em claro. Pois era o que lá estava escrito na altura. -----

É sempre curioso ver o PS ter as várias facetas. Uma faceta pela extinção da Freguesia de Almeirim e uma faceta que se congratula pela manutenção da Freguesia de Raposa. -----

O PSD congratula-se pela manutenção da Freguesia de Raposa. -----

Um município como é o caso de Almeirim ou municípios pequenos com poucas freguesias não deviam, na nossa opinião, ser retiradas freguesias, tanto mais que é assim que a proposta de Lei está redigida. Esta refere que municípios com menos de cinco freguesias não vão ter de fazer qualquer extinção das mesmas. Esta informação



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

está na Proposta de Lei visada pelo voto de congratulação. No município de Almeirim nenhuma freguesia será extinta. -----

Não podemos deixar de referir que no ano passado passámos a ter em Portugal umas orientações da TROIKA, que fez um acordo com o Estado Português na altura firmado pelo Partido Socialista e secundado pelo PPD/PSD e CDS-PP. No dia cinco de Abril de dois mil e doze, segundo a terceira revisão desse mesmo acordo, na página cento e dois, é referido expressamente que tem de haver a reorganização da Administração Local. -----

O PS até aprovou outra coisa que o PSD tem recusado e vai tentar até às últimas, que é impedir que se extinga municípios neste país. Porque aquilo que tinha sido aprovado pelo PS ia no sentido de extinção de Municípios, e isso nós não concordamos, e estamos por tudo a tentar que não aconteça. -----

JOSÉ DAVID (Presidente da Junta de Raposa) »» Boa noite a todos. -----

Não estou em nada de acordo com o Senhor Deputado João Lopes. A minha intervenção era para ler o Voto de Congratulação que estamos a discutir. A primeira frase do Voto de Congratulação diz tudo. -----

O senhor deputado falou numa proposta para extinção de uma Freguesia. Ainda não falei a nenhuma sessão da Assembleia, e não me recordo que alguma vez tal proposta tenha vindo à Assembleia. -----

Antes de terminar, informar esta Assembleia que este voto foi elaborado, tendo em atenção o número três do artigo seis. -----

RUI PIRES (Grupo do PS) »» Compreendo a posição do Senhor Deputado João Lopes. Por um lado tem de defender o seu Governo, por outro, atira areia para os olhos dos munícipes de Almeirim. O que ele devia ter dito, é que em Almeirim não se extinguia nenhuma freguesia. O memorando da TROIKA diz muitas coisa, mas antes de ser assinado, teve de ter a aprovação do PPD/PSD e do CDS/PP. -----

Mas, quando estão determinadas orientações, não quer dizer que a maneira como o PS resolveria determinadas situações, fosse aquela que o Senhor Ministro Miguel Relvas arranjou. Senhor Ministro que nunca presidiu a uma Câmara no Distrito de Santarém, mas, mas se sentou no Governo, deixou a impressão que tinha um problema grave com as autarquias. Pela sua vontade, acabava com elas todas. A questão é esta; Talvez o PSD pretendesse fazer algumas extinções de freguesias e até mesmo de Concelhos, mas dentro do espírito, como fez o Presidente da Câmara de Lisboa António Costa. Ou seja, não é impondo! É conversando com as pessoas. Se determinado município houver a necessidade e as pessoas concorrerem para a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

extinção de freguesias criando um determinado sistema de funcionamento muito bem. Se houver municípios que se queiram agregar, os municípios não acabavam, eles agregavam-se, num misto semelhante a áreas urbanas. -----

É tempo de se começar a fazer e honrar o 25 de Abril, sendo democratas sendo solidários uns com os outros. Sabermos ouvir e concorreremos todos para a melhoria do Concelho de Almeirim. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Este assunto está a demorar demasiado tempo, pelo que ainda nos falta analisar alguns outros votos e a Ordem do Dia para tratar. Por isso, faço um apelo para que todos sejamos breves. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Como se costuma dizer, a necessidade aguça o engenho. Tenho comigo a ata do dia trinta de Dezembro do ano passado. Nessa sessão há uma moção do partido socialista de Almeirim que diz “Rejeitamos os critérios de organização territorial propostos pelo Governo no “Livro Verde”, apesar de o município de Almeirim não ser alterado pelos critérios propostos, somos contra a extinção de órgãos autárquicos, excepto se decorrerem de vontade própria das populações. Admitimos no entanto porque se trata de realidades distintas (social, cultural, histórica e geograficamente) que possa haver um tratamento diferente para as freguesias em zonas urbanas e em zonas rurais. Nas zonas urbanas é possível e desejável encontrar soluções de racionalidade, eliminando duplicação de estruturas administrativas. Nas zonas rurais somos contra a redução/fusão de freguesias. As Juntas de Freguesia são em muitas localidades a única ligação da população ao Estado, a entidade que representa a proximidade entre eleitos e eleitores e que garante às franjas mais desprotegidas da sociedade necessidades sociais importantes”. -----

Nesse mesmo dia, em que o PS veio aqui com esse mesmo documento, no qual queria extinguir a Freguesia de Almeirim, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Raposa até diz que por acaso nenhuma do nosso Concelho está incluída. Essa mesmo Moção é aprovada com dezasseis votos a favor do Grupo do PS, Seis votos contra, um do MICA, dois do PSD e três da CDU e duas abstenções do MICA. -----

Para terminar a minha intervenção, quero dizer que o 25 de Abril trouxe eleições democráticas, O Governo, quer nós tenhamos votado nele ou não, é o nosso Governo, é o Governo de Portugal. -----

Não esperava que fossem dados aos outros autarcas um papel tão reduzido como foi dado pelo senhor Deputado Rui Pires. Dizer que Miguel Relva nunca foi Presidente de Câmara, como que desprezando os restantes ou dizendo que lhe faltava isso para



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

estar no lugar onde está, parece-nos excessivo. É verdade que Miguel Relva não foi Presidente de câmara, mas ele foi e é autarca eleito, ele tem assento como Presidente numa Assembleia Municipal, e já antes representou vários lugares autárquicos. Por isso, conhece muito bem a realidade autárquica do nosso país.-----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) » » Sabem o que é que a CDU lamenta? O tempo que se tem perdido em debates e reuniões, aqui e noutros sítios, quando o País está a necessitar que se tome medidas em áreas fundamentais. -----

Relativamente à Lei, não fiquem tão seguros, pois há uma grande polémica jurídica à volta da interpretação da Lei. Teremos de esperar como é que isto acaba, ou se aparece mais outra Lei, tudo é possível. -----

Para acabar, nós somos contra que TROIKA venham decidir da estrutura política e administrativa do nosso País. Que é uma estrutura baseada num historial de cultura e práticas de gestão no qual o 25 de Abril teve uma grande importância. -----

LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) » » Gostaria de lembrar a esta oposição que tanto fala em TROIKA, que a TROIKA está neste país porque a oposição que aqui está votou contra o PEC quatro do Partido Socialista que a Merkel apoiava e daria o seu voto favorável. Não disfarcem, votaram contra, e por isso é que a TROIKA está em Portugal. Não nos restou outra solução. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) » » O Senhor Presidente tem razão, este ponto já se alongou demais, mas quando se dá a oportunidade às pessoas de intervir, também à a necessidade de se dar algumas respostas. Não querendo alongar, e já que politizaram este assunto, até porque já uma vez o disse também, é verdade que pelos vistos não se aprovou o PEC, mas também é verdade que o que nos leva a estar nesta situação em que estamos agora, o valor do empréstimo que nos foi concedido e que nos obriga a estar esta situação foi praticamente igual à dívida acumulada nos últimos seis anos de Governação do engenheiro José Sócrates. -----

Sobre este voto de congratulação, que pelos vistos é um teste, vamos assar no teste, mas antes recordar que atempadamente o MICA propôs nesta Assembleia, e foi até um pouco atrevida a proposta que fez, que nós debruçamo-nos sobre a possibilidade de um reorganização que podia não ser muito favorável aos interesses dos nossos fregueses e nossos municípios. Recordo também que esta Assembleia considerou a proposta extemporânea e não a quis discutir. Discutir não era propor extinções, era, quanto a mim arranjar alternativas para não se mexer no Concelho de Almeirim. Recordo, a Assembleia Municipal de Almeirim não se quis pronunciar. Neste



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

momento, o que nos resta? Congratularmo-nos pela não extinção da Freguesia de Raposa. -----

O processo não acaba por aqui, e as Freguesias não são internas, deve-se continuar a trabalhar para que a sua densidade populacional não diminua. Não é a quantidade de serviços que presta, mas sim, a quantidade de utilizadores dos serviços que presta que é importante. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vou ter ainda de dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Pires. -----

RUI PIRES (Grupo do PS) »» As pessoas não se podem esquecer que na altura Portugal estava com um défice de três pontos e dois, no entanto, quando a Europa entrou em crise, a União Europeia deu ordem aos países para não olharem para o défice e apoiar as economias para não se gerar desemprego. -----

O que se passou de modo resumido e simplista foi isto. Não basta agora dizer que tudo o que aconteceu foi obra do engenheiro Sócrates. Esta história já é velha. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA o voto de Congratulação pela manutenção da Freguesia de Raposa, com dezanove votos a favor, quinze do Grupo do PS e quatro do Grupo do MICA. Cinco abstenções, três do Grupo da CDU e duas do Grupo do PPD/PSD (Proposta apresentada pelo Grupo do PS). -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A CDU absteve-se porque recusa a extinção de todas as Freguesias, e não valorizamos que uma fique e que outra seja extinta. -----
Recusamos a extinção de freguesias e o processo de extinção. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» O PSD absteve-se nesta votação porque desde o início mostrou-se favorável à manutenção das quatro freguesias do Concelho de Almeirim, mas não pode concordar com o teor de muitas das coisas que estão politizadas neste texto. -----

-----Recomendação-----

-----Apresentada pelo Grupo da CDU-----

O 1º de Maio é o dia Internacional do Trabalhador comemorado como feriado nacional no país e em muitos países de mundo, símbolo da história e luta dos trabalhadores por uma vida melhor. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Feriado conquistado no 25 de Abril e agora ameaçado no sector do comércio nesses dias. Em resposta pela luta dos trabalhadores, a Assembleia Municipal de Almeirim reunida no dia vinte e quatro de Abril, recomenda à Câmara Municipal que recuse qualquer abertura de hipermercados ou super-mercados nesse dia, caso esta venha a ser solicitada. (Proposta apresentada pelo Grupo da CDU)-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Esta recomendação será enviada ao Executivo Municipal, que a terá em conta se assim o entender. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Protestos da CDU. Leia o regulamento, peço um ponto de ordem à mesa. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» A quem compete interpretar o regulamento é à direcção da mesa. Aquilo que eu entendo é que uma recomendação é uma recomendação, como tal não precisa de vínculo. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Como é que ela vincula a Assembleia? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Ela não vincula ninguém, é apresentada e é uma recomendação que há-de ser tida em conta pelo Executivo. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Senhor Presidente não tem o regulamento que aprovou e fez aprovar e é taxativo sobre a matéria? Porque isto não é daqui é de todo o país. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Há-de me conceder o direito de interpretar o regulamento. Vou entregar a recomendação ao Executivo.-----

-----MOÇÃO-----

A Manifestação “Em defesa das Freguesias”, trinta e um de Março de dois mil e doze, congregou a vontade, livremente expressa, de mais de duzentos mil participantes que nela, espontaneamente se integraram; Autarcas, Trabalhadores das Autarquias Locais, Colectividades e Populações, empunhando suas bandeiras, brasões e estandartes – símbolos de identidade e referência da sua história. As centenas de milhares de participantes afirmaram bem alto e de forma categórica o seu protesto contra a proposta de Lei da Reforma Administrativa do Poder Local, entretanto aprovada no passado dia treze de Abril. -----

Perante a aprovação da Lei, para Memória Futura, a Assembleia Municipal de Almeirim, reunida em sessão ordinária de vinte e quatro de Abril de dois mil e doze deixa expresso: -----

A inconformidade com a medida legislativa, entretanto aprovada, por não respeitar a vontade dos cidadãos portugueses e impor à força percentagens de liquidação de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

freguesias e sanções discriminatórias para os que recusem aceitar de forma voluntária e obediente a aplicação da Lei; -----

Este modelo de reorganização não está talhado para a realidade social portuguesa, em traduz qualquer ganho para a saída da crise, acarretando, isso sim, enormes custos sociais e económicos para as populações locais; -----

Esta reforma não traz ganhos de eficiência ou eficácia para o Poder Local, nem traduz qualquer ganho para a saída da crise, acarretando isso sim, enormes custos sociais e económicos para as populações locais; -----

Nós, Poder Local, não abdicaremos de continuarmos a ter uma participação determinante na vida do país porque somos os legítimos representantes e somos a voz dos mais de dez milhões de portugueses que vivem nos montes, lugares, aldeias, vilas e cidades do nosso País que confiaram em nós que depositaram em nós a defesa e a promoção do seu bem-estar, a resolução dos seus problemas e a concretização das suas expectativas e aspirações a uma vida melhor; -----

Nós, Poder Local Democrático, uma das mais belas conquistas do 25 de Abril temos desempenhado um valioso, insubstituível e inquestionável serviço em benefício do País e do bem-estar dos portugueses que não pode ser posto em causa de forma fútil e irresponsável. -----

A manifestação de trinta e um de Março de dois mil e doze, protagonizada pelo povo português e as suas Freguesias, foi um momento alto da vida das freguesias que legitima, sem lugar para dúvidas, a defesa dos mais profundos sentimentos das populações, a defesa do Poder Local Democrático; -----

Assim, a Assembleia Municipal de Almeirim repudia a Lei da Reforma da Administração Local aprovada na Assembleia da República e apela ao não envolvimento dos órgãos municipais na execução das directrizes do Governo no processo de liquidação de freguesias e á defesa da vontade e dos legítimos interesses das populações. Manifesta-se ainda contra a redução, sem precedentes, da representatividade e da participação das populações na vida activa política. -----

JOSÉ DAVID (Presidente da Junta de Freguesia de Raposa) »» A minha intervenção é para dizer aos senhores deputados da CDU que se abstiveram no voto de congratulação que propôs, e para o qual informei que era um teste. Pareceu-me impressionante que o Grupo da CDU se absteve, num assunto que mais parecia um voto de congratulação da CDU do que do partido Socialista. Ao contrario do voto sentido de voto. Votarei na vossa favoravelmente e irei a Lisboa as vezes que forem necessárias para que não se extinga nenhuma freguesia neste País. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Muito sucintamente dizer que a argumentação genérica relativamente ao porquê da Lei e á reorganização do País já foi referida anteriormente e tem a ver com o tal ponto três ponto trinta e seis da revisão do acordo do FMI, na sua ultima versão. Esta Moção, é claramente uma Moção da CDU para todo o País, possivelmente deve ser levada a todas as Assembleias. -----

O PSD irá votar contra esta Moção. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA a MOÇÃO relativa à manifestação “Em defesa das Freguesias”, com dezanove votos a favor, doze do Grupo do PS, quatro do Grupo do MICA e três do Grupo da CDU. Três abstenções do Grupo da PS e dois votos contra do Grupo do PPD/PSD. (Moção apresentada pelo Grupo da CDU)-----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Gostaria de entregar um protesto à mesa relativamente à não entrega de relatório anual de avaliação do estatuto do direito à oposição. -----

-----PROTESTO-----

A Lei vinte e quatro barra noventa e oito de vinte e seis de Maio que aprova o Estatuto do Direito de Oposição explicita no número um do seu artigo décimo “Relatórios de avaliação” que: “(...) os órgãos executivos (...) das autarquias locais elaboram, até ao fim de Março do ano subsequente àquele a que se referam, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei”. Por entendermos que desta forma não se presta, nem um bom serviço à Democracia, nem ao Concelho de Almeirim, nem aos seus cidadãos, decidiu o Grupo Municipal do PPD/PSD apresentar este Protesto no sentido de se evitarem situações idênticas no futuro. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, vamos passar ao primeiro ponto da Ordem do Dia, que como todos sabem, é a apreciação da Informação Escrita. -----

-----ORDEM DO DIA-----

----- (alínea E do número um do artigo quarto do Regimento) -----

PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A presente informação escrita procura ser explícita e cumprir as regras que são estabelecidas legalmente. -----

Não tenho muito mais a dizer, porém a discussão poderá suscitar dúvidas que terei oportunidade de esclarecer, se for o caso. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Gostaria de me pronunciar sobre alguns pontos desta informação. -----

O primeiro é relativamente à alínea que diz que; “Estão prontas a utilizar as hortas urbanas”. Os Verdes e a CDU no seu todo, somos muito favoráveis a hortas urbanas e à criação de hortas urbanas. Aliás, fomos talvez os primeiros promotores de hortas urbanas em Municípios de maioria CDU ou onde tínhamos Vereadores, como foi o caso de Coimbra. No entanto, as hortas urbanas como tudo o que mete dinheiros públicos tem regras, tem procedimentos e a Lei é para ser cumprida, para garantir a transparência, o bom funcionamento e o facto que todos os cidadãos possam ser tratados da mesma forma. O que acontece aqui é que, esta questão foi levada a reunião de Câmara e aprovada em reunião de Câmara a sete do doze de dois mil e onze e não veio à Assembleia. Para além de um protocolo com a AgroBio, que tem custos para o município foram aprovadas umas normas. Umas normas gerais de funcionamento das hortas. Esta Câmara tem o Vereador Pedro Ribeiro, que acha que tudo se faz segundo o seu capricho, e quando lhe dá na gana. Gosta muito de ser mais verde que «OS VERDES», mas pronto, eu até acho isso positivo, serviu para alguma coisa a minha passagem pelo Executivo, deu-lhe algum estímulo à ecologia. O Vereador sempre gostou de chamar aos regimentos, normas, mas nas câmaras há regimentos, desculpem...há regulamentos que definem as condições de atribuição e de funcionamento, de tudo o que é público. A adopção destes regulamentos está definida no CPA (no Código de Procedimentos Administrativo) e também obviamente na Lei das Autarquias Locais. O que é verdade é que este Regulamento, porque tem, obviamente, eficácia externa, visto concorrerem pessoas e implicar regras externas para uso da população, tem obrigatoriamente de seguir um procedimento. Tinha de ser posto à consulta pública, e tinha de ser aprovado por esta Assembleia Municipal. O senhor Pedro Ribeiro vai rindo, ri sempre, tem sempre muitos argumentos...é muito risonho, e ainda bem, pois está-se fazer velho, então ria, porque depois vamos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

perdendo um bocadinho do riso com a idade. Mas é assim Senhor Vereador Pedro Ribeiro, mais uma vez o Senhor não cumpriu com a Lei. Utiliza os bens públicos, os dinheiros públicos o espaço público ao seu critério e como quer, sem que os cidadãos sejam ouvidos. Não me vou pronunciar se aquilo que você sempre chama de normas gerais de funcionamento são boas ou más, porque eu gostaria era, de me ter pronunciado no quadro da consulta pública e do debate nesta Assembleia. Era isso que deveria ter acontecido, mas não aconteceu. Como se vê, não são as Freguesias que estão mal, nem a Lei do Poder Local, é sim a má utilização dessas Leis, a violação dessas Leis, a imparcialidade e o capricho de alguns autarcas...enfim, esta forma de funcionar como um reizinho, quando já estamos em república há quase um século. Ainda que acabem com o feriado, a República continua. Isto tem a ver com as hortas urbanas. Entretanto espero que dêem uma boa produção. -----

Sobre a inauguração do edifício no Centro de Coordenador de Transportes como Museu, houve um jornal que disse que o Senhor Presidente devia estar com falta de memória, pois, de facto já é a segunda inauguração. O João Jardim é que costuma fazer isso, inaugura várias vezes as coisas. Já tenho comparado muitas vezes a Madeira com Almeirim pela falta de défice democrático. A diferença é que lá são as Estrelícias a flor dominante e aqui são as Rosas. Não se riam porque eu não estou a fazer subentendidos, estou a falar das Rosas do PS, do Partido Socialista. Esta é de facto uma diferença que existe entre os dois, mas há uma prática comum na violação de algumas coisa e também nesta prática de inaugurar várias vezes as coisas. Se fosse uma nova inauguração para trazer de facto uma melhoria, nós compreendíamos e até fizemos uma sugestão e continuamos a manter a sugestão relativa ao Museu Municipal. Sugestão que foi aqui aprovada e que passa pelo aproveitamento do espaço do IVV, para recuperar e valorizar aquele espólio. Mas que se faça uma coisa séria, pois acho que a memória deste povo merece uma coisa séria e julgo que temos condições para isso. Aproveito para deixar aqui uma pergunta, à qual não preciso que me respondam agora, suponho até que não têm resposta, mas espero que me diga na próxima Assembleia Municipal. O que é feito do espólio que foi encontrado nas escavações que se fizeram no Centro Histórico de Almeirim, nomeadamente junto ao Mercado Municipal, após uma queixinha minha que parou as obras da estrada? -----

Para acabar, dizer que é óbvio que esta Informação, não traz toda a informação que devia e que a Lei obriga. Já faz tantos anos a repetir a mesma coisa que é cansativo. Segundo, e para acabar de facto, gostaria ter tido mais informações sobre o concurso do pessoal do desporto. Eu acho de facto que essa questão foi uma tristeza,



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

no fim de ano, para esta Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal. Acho que teríamos merecido ter aqui um pouco mais de informação do que uma simples frase onde se diz, “continuam os procedimentos para conclusão do concurso de pessoal do desporto”. Para além disso, gostaria que me explicassem, julgo que deve haver uma resposta, se todo o pessoal que trabalhava na ex ALDESC que depois transitou para a Câmara Municipal, através daqueles contractos foi todo para a rua, como é que a Piscina está a funcionar? Quem é que tem assegurado o funcionamento das instalações desportivas? Porque é que não foram prolongados os contratos até ao concurso existir? Suponho que não fecharam as piscinas, digo suponho, porque de facto tenho estado muito pouco tempo em Almeirim. Lamento, porque não fui verificar, mas suponho que não encerraram as instalações desportivas! -----

Então, o que é que aconteceu? Porque é que não se prologou os contratos dos trabalhadores que há tantos anos prestavam serviços à Autarquia? -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente à informação escrita e como já vem sendo hábito, não está a ser cumprida a Lei. Não está aqui presente nem está a ser cumprido o artigo sessenta e oito, número quatro da Lei das autarquias Locais, dados que os processos judiciais existentes não estão aqui anexos e não nos é dado conhecimento se existem e quais são. De igual forma o artigo cinquenta e três, número um alíneas c) e d) também não está a ser cumprido, dado que não nos é permitido fazer a fiscalização das actividades das quais o município participa, dado que não nos é dado qualquer relatório e contas ou orçamento ou relatórios de actividades das participadas ou associadas. -----

Relativamente às dividas a fornecedores é preocupante ver como este saldo vai evoluindo. Neste momento as dividas a fornecedores já são mais de dois milhões de euros. Isto tem sido uma escalada que o executivo municipal não tem conseguido travar. Isto advém de uma situação crónica a nível corrente do município, que com as contas que nos são dadas no dia onze de Abril de dois mil e doze evidenciam um défice corrente na ordem dos zero virgula três milhões de euros ou seja, o município de Almeirim gasta mais dinheiro nas suas despesas correntes, nos salários, nas despesas com energia, nas pequenas conservações, nas transferências para associações, no pagamento dos juros da dívida, do que que recebe de dinheiro para fazer face a estas mesmas despesas. Isto é preocupante e portanto vem confirmar aquilo que já é frequente neste município e que gostávamos que fosse alterado. Obrigado. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A questão que me vai merecer resposta é exactamente esta ultima intervenção do Senhor Deputado. -----

Na última página da informação escrita, o senhor tem duas verbas, receber do QREN e dividas a fornecedores. Ora bem, para além das verbas a receber do QREN, o senhor tem de adicionar o saldo das contas que hoje estamos a discutir aqui na Assembleia, que é de um milhão e setecentos e cinquenta e dois mil oitocentos e noventa e oito euros. Se adicionar esse saldo aquilo que vai chegar do QREN em projectos que estão lá aprovados, o Senhor tem um valor de dois milhões cento e setenta e um trezentos e cinquenta um, que é superior à divida a fornecedores. Eu desafio a procurar Câmara neste País que tenham esta situação financeira. -----

PONTO DOIS - APRECIAÇÃO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS RELATIVAMENTE À ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES ATRAVÉS DA CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICA DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO, NOS TERMOS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS, NÚMERO UM, ALÍNEA R) DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este ponto não é mais que o cumprimento de uma questão burocrática em que temos de dividir os custos do concurso das refeições pelos anos que elas que tem incidência, que é o ano em curso e o próximo. Esta autorização tem de passar pela Assembleia Municipal. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» No que diz respeito a este ponto, gostaria de fazer uma observação. Este ponto já esteve inscrito na Ordem do Dia da última Assembleia e, que a pedido da CDU foi retirado. A verdade e razão assiste-nos porque o ponto não estava devidamente documentado afim de ser discutido e analisado na Assembleia Municipal. O que nós queremos dizer, é que estas situações não sucedam futuramente, que os assuntos sejam documentados com algum rigor, para se evitar o sucedido. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a proposta de repartição de encargos relativamente à abertura de concurso público para fornecimento de refeições escolares através da central de compras electrónica da comunidade intermunicipal da lezíria do tejo com vinte e um votos a favor, quinze do Grupo do PS, quatro do Grupo



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

do MICA e dois do Grupo do PPD/PSD. Três abstenções do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) A Bancada do PPD/PSD votou a favor desta proposta. Congratulamo-nos que ela tenha sido devidamente fundamentada, coisa que infelizmente não estava feita na ultima vez que veio à Assembleia, e que originou todos aqueles problemas em que um partido como o PSD, que não tem representação no executivo, não sabia que ela não tinha passado na reunião do executivo Municipal, conforme a lei. Foi retirada, e muito bem. Esperemos que de futuro passem a vir devidamente apresentadas.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU)»» A CDU abstêm-se na votação desta proposta, apesar de não ir mudar nada. Fomos contra a entrega das cantinas e dos refeitórios a empresas. Fomos contra a passagem de tudo isto em concurso para a CIMLT e consideramos que a partir de agora serão só as grandes empresas a ter capacidade para concorrer e as pequenas e medias que gostariam de concorrer ficarão à margem. Por tudo isto, a CDU absteve-se.-----

PONTO TRÊS - APRECIAR E VOTAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E ONZE E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE DOIS MIL E ONZE (DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS), BEM COMO APRECIAR E AVALIAR O INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO ALTERADA PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NO ARTIGO QUARENTA E SETE (NÚMERO UM E DOIS) DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, PARA CUMPRIMENTO DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DA CITADA NORMA LEGAL. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de solicitar autorização para que os nossos técnicos nomeadamente o revisor oficial de contas e a chefe de contabilidade, prestem os esclarecimentos necessários, às perguntas que possam ser feitas relativamente a este ponto. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Tal como já tinha feito informalmente, depois de ter solicitado a través de ofício a referida autorização, se houver essa necessidade, naturalmente que daremos a possibilidade a senhor Revisor Oficial de Contas – ROC de se pronunciar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O Grupo do PPD/PSD irá fazer a sua apreciação do ponto três da ordem de trabalhos com recurso a suporte multimédia. -----

Espero que desta vez a apresentação corra normalmente, sem sobressalto, mas também lhe peço que seja relativamente breve tendo em conta o tempo que normalmente atribuímos a cada um dos grupos. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a estas contas, temos de começar por dizer no que toca à certificação legal das contas apresentadas pelo ROC, hoje aqui presente, que, infelizmente, só agora quando chegámos à sessão é que tivemos a mesma. Só tendo agora o documento, não tivemos tempo para analisar ou dizer se o revisor oficial de contas na sua análise viu ou não algo que fosse um desvio material às contas. Efectivamente daquilo que nós vimos existe efectivamente uma ênfase e uma reserva nas ditas, mas infelizmente não pudemos contar com o documento em tempo e como tal não o analisámos -----

Relativamente ao património, e essa é uma das ênfases que está presente no relatório do revisor oficial de contas, em que nos é dado um ficheiro com todo o património do Município, aquilo que é o seu valor líquido, não bate certo com o valor líquido do balanço, que por sua vez não bate certo com o valor líquido que está presente no anexo. Temos de perguntar qual é a credibilidade de dar uma lista nestas circunstâncias? -----

Relativamente aos recursos humanos do município, nós sempre nos debruçamos muito sobre este ponto, pois achamos que é muito importante ter as pessoas estimadas, com competências desenvolvidas e orientadas convenientemente para que sejam uma mais-valia e mais produtivos. Nós vemos sempre com preocupação os resultados que infelizmente tem havido nestes últimos anos. Duas virgula oitenta e seis horas de formação por ano e trabalhador. Muito pouco. Revela um desprezo pela formação. É uma pena. Achamos que um trabalhador melhor formado fará melhor o seu papel de uma forma mais eficaz e mais eficiente. -----

Formação, custo da mesma, trinta e sete euros e dezanove cêntimos por cada trabalhador. Acidentes de trabalho, seis por cento dos funcionários da Câmara tiveram acidentes de trabalho em dois mil e onze, com perda de dois virgula nove dias/funcionário/ano pelo facto de ter havido esses mesmos acidentes. Tal reflecte-se



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

também no facto de haver dezassete virgula dezasseis horas/trabalhador/ano de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso/feriados ao custo de cento e setenta euros e oitenta e sete cêntimos funcionário. Os Recursos Humanos têm que ser estimados, desenvolvidos e orientados convenientemente. -----

Para o Balanço e Demonstração dos Resultados, atendendo aos critérios que devem ser obedecidos, achamos que podia ser possível fazer um teste às imparidades presentes das participações financeiras e tal como anteriormente dissemos, deviam ter sido distribuídas as contas das entidades em que nós participamos. -----

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas publicou este mês o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses dois mil e dez no qual são dados destaques aos melhores e piores de Portugal. O Município de Almeirim é referido por ocupar o vigésimo oitavo lugar na lista dos “Municípios com menores resultados económicos”, com quatro virgula cinco milhões de euros. Com o resultado de dois mil e onze vê-se como Almeirim luta de forma árdua para tentar alcançar o primeiro lugar de entre os piores de Portugal. No mesmo documento vem evidenciado que as Águas do Ribatejo, EIM são a décima quarta Empresa Municipal a nível Nacional com maior Passivo Exigível dívidas em dois mil e dez, isto é; vinte seis virgula sete milhões de euros. -----

Gostávamos de saber isto de outra fonte, infelizmente só o sabemos através da OTOC. -----

Olhando agora para o Plano Plurianual de Investimos, o que vemos, como em todos os anos, é que o Município propõe-se a fazer uma série de obras, mas não as consegue executar. A variação em relação ao orçamento é de menos quarenta e quatro por cento. Isto é fácil de ver, relativamente ao que foi feito, que foi o Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, esse sim foi cumprido. Relativamente aos arruamentos e arranjos urbanísticos, não foi cumprido na íntegra, ficou trinta e oito por cento por fazer. A requalificação do Largo General Guerra, esse sim, foi cumprido e o Parque Desportivo Municipal, parte descoberta e envolvente, esses também foram cumpridos, assim como a aquisição do terreno para a circular urbana. Mas, o que ficou por fazer é muito. Muito daquilo que o próprio executivo propôs fazer. A construção do novo troço da Circular Urbana não foi concretizada. Menos trinta e oito por cento. A Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim, menos noventa e cinco por cento, não foi concretizado. Aquisição e recuperação de materiais menos cinquenta e nove por cento não foi cumprido. A sede da Força Especial de Bombeiros não foi realizada. A Construção do Silo Auto de Almeirim em relação ao qual o PSD sempre foi contra desde o primeiro momento e que segundo a comunicação social vai deixar de fazer



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

parte deste plano também nem sequer o seu estudo foi realizado apesar de previsto. Requalificação do Mercado Municipal, o estudo preliminar também não foi realizado. Assim foi a gestão deste ano. Se olharmos para o total das despesas, o que nós vemos é que foram executadas cerca de oitenta e três por cento, enquanto que o das despesas de capital é de, apenas, sessenta por cento. Tal significa que o executivo se limita a fazer gestão corrente olvidando os investimentos do município em diversas áreas. Comparativamente ao orçamento podemos ver que as receitas correntes são superiores ao previsto e ao ano dois mil e dez em cerca de um virgula três milhões de euros. Tal advém de um aumento extraordinário dos impostos directos, nomeadamente, IMT em um virgula dois milhões de euros. Esta verba vem fundamentalmente de uma “liquidação graciosa de Imposto Municipal sobre as Transacções onerosas de imóveis IMT de cerca de dois milhões de euros por causa da fusão da Compal com a Sumol, segundo o seu Relatório e Contas. Caso não tivesse acontecido toda a história deste ano teria sido diferente. -----

As despesas diminuíram comparativamente a dois mil e dez cerca de zero virgula oito milhões de euros menos cinco por cento, principalmente pela diminuição das despesas de capital em cerca de um virgula um milhões euros menos vinte e dois por cento. As despesas correntes aumentaram zero virgula três milhões de euros mais três por cento. Tal significa que a CMA não resolveu o seu problema do défice estrutural, dado que o aumento da receita veio de uma cobrança extraordinária de IMT. -----

No ano de dois mil e onze houve um superávit corrente de zero virgula seis milhões euros, contudo se ajustarmos os cerca de um virgula cinco milhões de IMT extraordinário teríamos tido um deficit corrente de zero virgula nove milhões de euros menos seis por cento de défice, ou seja, o Município tem a nível estrutural despesas correntes superiores às receitas correntes que gera. Tal não é novo e representa uma péssima gestão. Das despesas correntes as diminuições mais significativas foram as despesas com pessoal em zero virgula cinco milhões de euros, menos nove por cento. Que despesas tão especiais serão estas as que não têm lugar em nenhuma das quarenta e cinco categorias de despesas anterior mas ajustam que nem uma luva em “outros bens” e em “outros serviços”? São mais de um milhão de euros numa rubrica supostamente residual mas que em Almeirim vale sete por cento do total das despesas? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Como é possível que Material de educação, cultura e recreio diminua cinquenta e sete por cento para uns míseros onze mil euros? Claramente estas não são apostas do executivo. -----

O Município gastou em Estudos, pareceres, projectos e consultadoria e Outros trabalhos especializados cerca de duzentos e cinquenta e dois mil euros. Os serviços associados a estas rubricas poderiam, caso houvesse mais formação aos trabalhadores, ter sido feita internamente na esmagadora maioria dos casos. -----

Atribuição sem critérios objectivos de cerca de quinhentos e setenta e seis mil euros para associações do concelho. Não pomos em causa que algumas entidades mereçam o apoio da CMA mas a questão é como é que se determina o valor do subsídio atribuído a cada entidade? Porque é que um clube desportivo recebe mais que outro? Qual a base para a atribuição destas verbas a estas associações? O apoio às instituições sem fins lucrativos deveria ser feito com base em critérios justos, universais e transparentes na atribuição dos mesmos que deveriam ser suportados num regulamento. -----

Há, no final de dois mil e onze, compromissos por pagar de um virgula sete milhões de euros de despesas correntes e um virgula quatro milhões de despesas de capital. No total são cerca de três virgula um milhões de euros o que é uma situação muito preocupante. Se estes compromissos tivessem sido pagos os défices seriam de sete por cento a nível corrente, um virgula um milhões de euros e dezasseis por cento no total, dois virgula quatro milhões de euros), mesmo incluindo a receita extraordinária do IMT. Esta situação não pode deixar de preocupar os decisores políticos do Concelho. -----

Relativamente às receitas, o que nós podemos ver é que houve uma situação extraordinária neste ano. Isto porque? Porque o Município de Almeirim recebeu mais IMT do que aquilo que efectivamente estava à espera. O IMO é um Imposto Municipal que incide sobre as transmissões de imóveis. Segundo o relatório e contas da SUMOL + COMPAL, a liquidação graciosa de IMT, em cerca de dois milhões de euros por causa da fusão da COMPAL com a SUMOL. Se não tivesse havido este pagamento de um virgula cinco milhões de euros de IMT o município teria a menos esta verba. Não teria havido este aumento de cinquenta e dois por cento na receita. Num total de receitas de dezasseis milhões, um virgula cinco milhões é uma verba muito significativa. O efeito do IMT está aqui claramente, como podem ver com a subida de seiscentos e oitenta e dois mil euros para um milhão novecentos e vinte e seis mil euros. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sobre as receitas de capital, é exactamente a rubrica onde há menos verbas. Verbas recebidas, menos cinquenta e sete por cento e daí leva-nos então ao encerramento de toda esta lógica o que é que aconteceu ao nível dos saldos das contas e daquilo que se estimava e daquilo que veio a acontecer. A nível de saldo corrente o Município passou a ter um superávit de zero virgula seis por cento. -----

Isso acontece porque houve uma receita extraordinária de IMT como observamos anteriormente. -----

Se não tem havido esta receita extraordinária, porque para o ano ela já não há, o que estaria aqui era zero virgula nove milhões de euros. -----

Neste momento o Município paga juros de cento e quarenta e quatro mil euros e de prestação, seiscentos e catorze mil euros, o Município gasta cerca de setecentos e cinquenta e nove mil euros é um encargo de dívida relativamente pesado. -----

Como devem imaginar dá para fazer muita obra com o montante que aqui está. -----

Terminamos esta mesma apresentação dando-lhes nota de uma coisa que está no relatório do Município de Almeirim para dois mil e onze, na página cento e quarenta e cinco. Realmente, palavras para quê! -----

Conclui o dito relatório do Município, como é possível verificar o Município de Almeirim ultrapassou os limites de endividamento líquido considerados para o ano de dois mil e onze. Assim foi a gestão de dois mil e onze. -----

Esta gestão, não é a gestão que o PSD quer para este Município. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Agradeço a forma e a rapidez com que fez a sua apresentação. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Depois da intervenção do Deputado João Lopes da bancada do PSD, e tendo em conta que a nossa intervenção se sobrepõe em muito aquilo que foi exposto, nós abdicamos da nossa intervenção, optando por a entregar por escrito à Mesa a seguinte intervenção; -----

Os documentos que chegaram ao nosso conhecimento através de um “CD” documentos de prestação de contas de dois mil e onze decorrem, naturalmente, da actividade desenvolvida no quadro e ao abrigo de um Plano de Actividades e Orçamento que foi aprovado pela maioria que apoia o senhor presidente da câmara, e por isso só essa maioria pode e deve ser responsabilizada. -----

A ausência e o completo desconhecimento de qualquer projecto para o tempo actual e futuro da população de Almeirim, constituiu as “pretensas” opções e prioridades com que nunca concordamos, que não subscrevemos e que, por isso mesmo, justificou, na



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

altura, o nosso voto contra e as nossas maiores reservas, por entendermos que não defendiam o interesse da população de Almeirim. -----

Naturalmente e em coerência, não podemos estar de acordo com os elementos de prestação de contas que bem o revelam e comprovam, sendo essa a justificação de princípio para o nosso voto contra e de vencidos. -----

Uma análise detalhada destes documentos não só comprova a justeza das críticas, reservas e apreensões que em tempo colocámos, como agrava ainda mais a nossa profunda preocupação sobre o rumo definido, de destruição e delapidação dos valores éticos e morais, situação que daí decorre e os seus efeitos na população do nosso concelho – mais desemprego, e muito piores condições de vida das pessoas, e sem qualquer visão ou perspectivas de um futuro melhor. -----

Bem sei, que muitos dos presentes, nem sequer tiveram acesso à leitura destes documentos, mas que os vão “aprovar”, sem sequer saber o que eles contêm. Sei claramente que isto os incomoda sinto, neste momento que tenho à minha frente são pessoas com medo a caminho do servilismo, pessoas esclarecidas mas completamente tolhidas pelo medo e incapazes de atingir a dimensão disto tudo. Mas meus senhores, com todo o respeito, num mundo de mentiras tão repetidas que parecem verdades, é preciso, pelo menos, denunciar uma de cada vez”. -----

Porque tais documentos enfermam de diversas situações que se podem configurar como na margem do que foi dito, aqui fica algumas dessas “ausências” ou “esquecimentos”: -----

a) Verificamos que na listagem constante do “MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS”, que apresentam um total de sete milhões novecentos e quinze mil setecentos e trinta e cinco euros, não consta o EMPRESTIMO BANCARIO PARA CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA DAS FAZENDAS no valor de duzentos e noventa e oito mil e quinhentos euros e quarenta e seis centimos, e aprovado na reunião câmara de dezasseis de Maio de dois mil e onze; (página cento e quinze Relatório de prestação de contas); -----

b) Entre (as páginas noventa a noventa e cinco do Relatório de prestação de contas) constam mais de cem contratos por ajuste directo o que se configura de falta de transparência e rigor com gastos e despesas públicas municipais; -----

c) No “mapa” do Balanço (página cinco do Relatório de prestação de contas), consta que a dívida, a curto prazo a fornecedores totaliza um valor de um milhão seiscentos e noventa e cinco mil duzentos e quarenta e cinco euros e sessenta e nove centimos, mas na página cento e dezassete à página cento e vinte e cinco, só foram



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

discriminados, nominativamente cerca de im milhão de euros, sendo que, nos parece que a verba referente a “fornecedores locação financeira (página cento e vinte e quatro e cento e vinte e cinco) foi somada em duplicado; -----

d) Na página cento e noventa e quatro (Relatório de prestação de contas), aparece-nos um mapa com a relação dos membros do executivo municipal e respectivas remunerações que foram suportadas pela Câmara Municipal, sendo o facto notável é que aparecem as remunerações liquidas e não o verdadeiros custos suportados pela câmara municipal com o senhor presidente da câmara e respectivos vereadores. Porquê? -----

e) Nas páginas cento e setenta e cento e setenta e um aparecem os nomes de vinte e um funcionários da câmara e situação de acumulação de funções. Numa altura de grave crise económica e desemprego justifica-se tais situações de privilégios de alguns poucos, quanto muitos não tem qualquer emprego e vivem em situações sociais de grandes dificuldades no nosso concelho? -----

f) No documento “Relatório de actividades dois mil e onze”, as paginas cento e trinta e cinco a cento e quarenta e um são descritos os consumos de combustível pelas viaturas “pertença” da Câmara Municipal, podemos no mesmo constatar que a viatura automóvel ligeira matricula 28-CC-68, código de equipamento VL-37, não consumiu, durante todo o ano, sequer” um litro de gasóleo, será que esta viatura esteve parada ou consome outro “combustível” qualquer? -----

Creio que estas seis perguntas e apenas seis , são suficientes para resposta do “técnico responsável”, na parte técnica, pela elaboração dos documentos, com a devida autorização do senhor presidente da câmara, esperando que na “parte politica” o senhor presidente da câmara não nos deixe sem resposta. -----

Por outro lado e para concluir, não podemos deixar de manifestar a nossa enorme preocupação pela situação financeira da câmara municipal, nomeadamente no que respeita á já elevada divida aos fornecedores, ultrapassa já (Abril de dois mil e doze) os dois milhões de euros, a divida bancária que em trinta e um de Dezembro já ultrapassava os oito virgula dois milhões de euros e os respectivos encargos com o serviço da divida, que anualmente já devem ultrapassar os oitocentos milhões de euros o que se reflecte no elevado passivo que já ultrapassa os catorze virgula seis milhões de euros, em resultado de uma decorrente de uma gestão de dinheiros públicos municipais, sem rigor incompetente e incapaz, que se expressa com toda a clareza pelos resultados líquidos negativos da gestão, que acumulados já ultrapassam os trinta milhões de euros e que coloca o nosso Município num dos piores geridos no



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

nosso País. Tudo isto se reflecte e causa sofrimento à população do concelho, conforme assistimos aos aumentos brutais dos impostos municipais e da água e saneamento. Todas estas razões levam-nos a votar contra e fazemos voto de vencidos, e justificamos na declaração de voto que vamos apresentar, no momento próprio para o efeito. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Nestes assuntos deixo sempre que o Deputado João Lopes de inscreva primeiro. É um excelente analista. Gostava de o ver a analisar as contas da Câmara de Santarém. Presta um serviço de informação pública a todos, incluindo ao PS. Assim ficamos um bocadinho mais esclarecidos e os técnicos da Câmara precisam de trabalhar menos, visto que já não precisam de prestar declarações. -----

No entanto, fiquei com uma dúvida, e como sou uma leiga na matéria, embora tenha sempre apontado problemas graves ao longo dos anos, sobre o do património já não vou falar porque o PSD já falou nele. Porém a questão do PPI nunca é cumprida. Todos os anos o Plano e as propostas que nos são apresentadas nunca são cumpridas, como se verifica, isto é, nada é cumprido. O dinheiro é gasto e as promessas ficam metade no papel e a outra metade é realizada pelo mesmo valor que havia para gastar no todo. Há uma pergunta em relação a esta apresentação e contas que eu gostaria de colocar e deixar aqui alguns comentários. No que diz respeito aos empréstimos, os mapas apresentados não dizem o tempo de duração dos mesmos. Os empréstimos foram feitos a médio e longo prazo, mas por quantos anos? Esse dado não nos é fornecido. É uma informação que pode não ser obrigatória de Lei, mas faz falta. -----

Por exemplo; vejo aqui empréstimos feitos em dois mil e três que não foram, quase nada, amortizados e vão acumulando juros. A amortização é mínima e os juros vão aumentando e os juros são muitas vezes superiores à amortização . Outros, por exemplo os empréstimos adquiridos em dois mil e nove do Centro Escolar de Almeirim e para Requalificação do Parque Lourenço de Carvalho, nada foi amortizado. Não sei se têm algum período de carência? O que é verdade é que já lá vai algum tempo e não há um cêntimo pago em relação ao empréstimo. A dívida que fizemos continua. Mas, isto pode ser eu que não compreenda! Por isso gostaria de ter algumas explicações. -----

Também gostava de obter explicações sobre o empréstimo para o Cine Teatro, cujo empréstimo é de dez mil e três. Aqui houve uma amortização do valor inicial, mas mínima. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A mesma coisa para outras obras como Pavilhão Desportivo de Benfica...por isso a minha questão é a seguinte: é normal não vir aqui a informação da duração do empréstimo? Porque eu não sei por quanto tempo este empréstimo foi feito! É normal que ao fim de quatro anos haja empréstimos que não foram minimamente amortizados. Se nos poderem esclarecer, agradecemos. -----

Para além existem outras grandes deficiências de informação. Para mim, há aqui uma dúvida na dívida do Município, a dívida das empresas não foi adicionada. Na Informação escrita que nos dão, nunca está a informação sobre as dívidas das empresas nas quais a Câmara tem participação e isso é obrigatório. Podemos partir do pressuposto que as empresas não tem nenhuma dívida mas eu duvido que assim seja. -----

JORGE VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» Relativamente a este ponto, gostaria de dizer o seguinte; ouvi com atenção as várias intervenções, naturalmente a intervenção mais técnica do Senhor Deputado João Lopes, e quanto a essa não direi mais que o seguinte: efectivamente as contas do Município serão o espelho da realidade, mas de poucos municípios, porque a realidade que temos infelizmente é um excesso de endividamento que estrangula de todo a capacidade de contracção de novos empréstimos. Felizmente em Almeirim isso não acontece. -----

Como todos sabe, cada vez que fazemos um empréstimo, o executivo envia à Assembleia um documento com a capacidade de endividamento do Município. Ai, parece que não há dúvida que o Município possui capacidade de endividamento. -----

As contas não são assim tão más como dizem. -----

É notório que efectivamente as obras que foram realizadas neste ultimo ano são também o espelho do fechar da torneira que o Governo fez aos municípios. Ainda assim, é de louvar e realçar as inúmeras obras que estão descritas neste relatório que naturalmente tiveram custos. As receitas dos Municípios cada vez são menores, pelo que se tem de fazer uma gestão coerente e ponderada dos recursos que o Municípios dispõe para que as contas possam cumprir os seus compromissos. -----

RUI PIRES (Grupo do PS) »» Gostaria de agradecer ao Senhor Deputado João Lopes, pela apresentação que fez. Ficamos mais elucidados, com diz a Deputada Manuela Cunha. Porém, alo longo da vida aprendi que dois mais dois nem sempre são quatro, isto para falar dos números apresentados. Ainda sobre a apresentação, realçar, que o Senhor Deputado João Lopes continua só a ler o que lhe interessa. Seria interessante fazer a leitura de um parágrafo do ROC – Revisor Oficial de Contas, o qual diz o seguinte; “Relato sobre outros requisitos legais. Onde se faz os acertos do



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

endividamento, onde diz o seguinte: “Como é possível verificar o Município não ultrapassou os limites de endividamento líquidos considerados para o ano de dois mil e onze”. Este parágrafo, o Senhor Deputado esquece-se de ler, estava tão embevecido a falar da má gestão, da incompetência da Câmara, dos juros que pagamos...pergunto, se não tivéssemos juros para pagar, não tínhamos feito obras ao longo dos anos. -----

Penso que fazia um grande trabalho na Câmara Municipal de Santarém. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Nestes mapas de empréstimos obtidos há um pequeno erro, que julgo que pode ser corrigido. Na página cento e quinze; empréstimo do Banco Espírito Santo de trinta de Setembro de dois mil e nove, deve estar classificado como Um e não como N, porque é um D, é um exemplo de endividamento. Quer isto dizer que está mal. -----

Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para aquilo que achar conveniente, pedir a colaboração do Revisor Oficial de Contas. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de pedir ao Senhor Revisor Oficial de Contas – ROC que fizesse um pequeno comentário relativamente às contas do Município. -----

ROC – Revisor Oficial de Contas »» Boa noite a toda a Assembleia. Passaria a comentar os aspectos que dizem respeito à certificação legal de contas e aquilo que foi o trabalho desenvolvido.-----

Vou começar por responder a algumas questões do Senhor Deputado João Lopes e depois, da Senhora Deputada Manuela Cunha. -----

Relativamente à questão do património, tal como temos referido nos anos anteriores, existe uma divergência entre o que está em contabilidade e o que está no sistema de inventário e cadastro. Essa divergência foi atenuada em relação a este ano, ou seja, no ano anterior, a divergência era de cerca de um milhão e meio de euros, é actualmente de novecentos e vinte e dois mil euros e já se concluiu que essas divergências, tal como está referido na certificação legal de contas são relativas aos anos de dois mil e três a dois mil e cinco, estão em análise e não foram corrigidas. No entanto, a divergência de cerca de quatrocentos mil euros tal como está referido também no relatório, já foi possível identificar, está absolutamente clarificado que as contas na contabilidade estão correctas, falta efectuar as respectivas correcções no sistema de inventário e cadastro. As contas que estão a apreciar para depois votar estão correctas nessa matéria, e o que está errado é o que está registado no sistema de cadastro e inventário. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Quanto à questão das imparidades nas participações financeiras posso acrescentar que as participações financeiras totalizam um milhão oitenta e três mil euros, e dessa quantia, cerca de um milhão se sessenta e um mil euros dizem respeito à participação nas Águas do Ribatejo. Ou seja, as restantes participações estão relevadas por cerca de vinte e dois mil euros. O revisor de Contas como o Senhor Deputado João Lopes referiu na sua intervenção tem uma preocupação em termos de índice de materialidade. Entendo que vinte e dois mil euros não são materiais na medida em que num imobilizado da natureza do que tem a Câmara Municipal de Almeirim, essa verba mesmo que sejam todos susceptíveis de ter imparidade não resultariam num ajustamento às contas. O restante um milhão e sessenta e um mil euros, posso comunicar à Assembleia que dizem respeito às Águas do Ribatejo que apresentou resultados positivos tal como está referido no anexo às contas. Quanto à questão do endividamento, na certificação legal de contas, no parágrafo que foi referido pelo Senhor Deputado Rui Pires, que é o último parágrafo, é referido que o endividamento que está registado no relatório na página cento e quarenta e quatro e cento e quarenta e cinco apresenta um erro. Erro esse que resulta do facto de não se ter excepcionado no endividamento de médio e longo prazo os empréstimos que devem ser excepcionados não só para efeitos do cálculo do endividamento de médio e longo prazo mas também para efeitos do endividamento líquido. Ou seja, como se verifica nas referidas páginas do relatório, os limites do endividamento para a Câmara Municipal de Almeirim desceram substancialmente. Era no ano de dois mil e dez de doze milhões de euros, passaram a ser de três milhões e duzentos mil euros em dois mil e onze, contudo, se levarmos em conta o erro que está cometido no relatório de gestão esse endividamento líquido diminui em cerca de três milhões e seiscentos mil euros. Reduzindo esse valor, significa que a Câmara não excedeu os limites do endividamento líquido, pelo que a redacção do relatório de gestão não está em inconformidade com aquilo que apresentam nas demonstrações financeiras, daí que se proponha a correcção que está referida no ponto número nove da certificação legal de contas. Ou seja, o que se deve ler é que o Município não ultrapassou os limites do endividamento líquido, antes pelo contrário, a Câmara possui ainda uma margem de um milhão cento e quarenta e três mil euros. Isto resulta, como disse, pelo facto de não se ter considerado os empréstimos excepcionados ao nível do cálculo do endividamento líquido tal como recomenda a Direcção Geral das Autarquias Locais. --- Relativamente ao que falou a Senhora Deputada Manuela Cunha, posso dizer-lhe que na página cento e catorze do relatório estão mencionados os empréstimos do



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Município. Na páginas seguinte, isto é, página quinze, verifica-se o total das amortizações dos empréstimos, e ao longo do ano o Município amortizou cerca de seiscentos e catorze mil euros do valor total dos empréstimos. -----

Estes são os pontos que estão mencionados no relatório e que merecem o comentário em relação à certificação legal de compras. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Senhor Presidente, membros do Executivo, Deputados e caro público. O que se passou aqui neste momento, é verdadeiramente surpreendente, e até me atrevo a dizer que é escabroso, pois tira as palavras a qualquer indivíduo. É suposto, pela Lei entregar a documentação com pelo menos dois dias úteis de antecedência. São entregues a todos os deputados, contas assinadas, pelos membros do Executivo aprovadas por eles com um pequeno engano de três virgula sete milhões de euros. Um pequeno engano desta dimensão. O Executivo assinou e entregou-nos as contas como boas. No fundo disseram-nos que são as nossas contas, as contas do nosso Município, estão aqui na Assembleia, deliberem sobre elas digam o que acham sobre as mesmas. Depois chegamos à Assembleia e somos confrontados com a opinião do Revisor Oficial de Contas a dizer que existe um erro de três virgula sete milhões de euros. Desta forma, um dos slides que apresentei, o último, dado que ele é baseado nesse mesmo erro dos três virgula sete milhões de euros, será retirado. Toda a intervenção que bancada do PSD fez é verdadeira excepto o último slide, dado que ele contém o erro agora divulgado. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Também devo dizer que estranho a resposta que foi dada pelo Senhor Revisor Oficial de Contas. -----

Também sei ler o que está no relatório, mas a informação que pedi, continuo sem ela. O que gostaria de saber é o tempo previsto para pagar cada empréstimo, dado que é uma informação fundamental. Quando eu tenho um empréstimo que data de dois mil e três e que não está quase nada amortizado. Quanto anos resta para o pagar? Quando eu tenho um empréstimo que vai em quatro anos e que ainda não se pagou um cêntimo, gostava de saber se isto é normal. Estes empréstimos são de vinte e cinco anos? É normal? Ou não se vai amortizando desde o início para pagar menos?

Fazer empréstimos com carência é um bom negócio para o Município? -----

Relativamente aos restantes empréstimos, quantos anos faltam para pagar e que valor já foi amortizado? -----

Fiz perguntas simples, para as quais gostava de obter respostas simples, e não a resposta que me foi dada pelo Revisor Oficial de Contas. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de informar a Senhora Deputada Manuela Cunha, que no mapa de empréstimos pode obter resposta às questões que enumerou. No entanto, garanto-lhe que a Câmara nunca falho o pagamento de uma prestação de um empréstimo bancário. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O Senhor Presidente da Câmara que dizer que estes empréstimos são contratados com a condição de a Câmara começar a amortizar mais tarde? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» São os períodos de carência. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Esses períodos de carência são vantajosos para a Câmara? -----

Guardar os pagamentos para o fim, confesso que não sei se é bom negócio. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar à votação do ponto três da Ordem de trabalho. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA os documentos de prestação de contas relativas a dois mil e onze, com quinze votos a favor do Grupo do PS. Nove votos contra, quatro do Grupo do MICA, três do Grupo da CDU e dois do Grupo do PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» São apresentados nesta sessão da Assembleia Municipal de Almeirim os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Almeirim referentes ao ano de dois mil e onze. O PSD tem sempre como perspectiva que no Relatório e Contas avalia-se a gestão do executivo durante o exercício. É uma avaliação de performance e nunca um documento meramente contabilístico, foi dessa forma que ponderámos a nossa votação. -----

Após uma análise exaustiva aos mesmos, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim tem a apontar o seguinte: -----

Património: -----

O Património que nos é fornecido em ficheiro refere um total do Valor Actual, um total do Valor Líquido e um total de amortizações, que é diferente do apresentado nas contas. Tal significa que a Câmara não sabe o valor do património ou não o tem adequadamente inventariado. Qual a credibilidade desta lista? A diferença que apurámos em termos líquidos é de cerca de trezentos e vinte seis mil euros. -----

Balanco Social: -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A análise do Balanço Social, mais uma vez, confirmou tudo aquilo que o PSD tem vindo a dizer sobre a forma como os recursos humanos da autarquia têm sido maltratados, por falta de formação e falta de atenção às mais elementares medidas de protecção ao nível de SHST – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. A CMA deu apenas em média dois vírgula oitenta e seis euros/horas de formação/ano/trabalhador o que é manifestamente pouco, o que indicia bem o desprezo pela formação dos colaboradores. A formação teve um custo de trinta e sete euros e dezanove/trabalhador. Cerca de seis por cento dos funcionários da Câmara tiveram um acidente de trabalho em dois mil e onze, com perda de dois virgula nove dias/funcionário/ano pelo facto de ter havido esses mesmos acidentes. Tal reflecte-se também no facto de haver dezassete virgula dezasseis/horas/trabalhador/ano de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso/feriados ao custo de cento e setenta euros e oitenta e sete centimos/funcionário. Os Recursos Humanos têm que ser estimados, desenvolvidos e orientados convenientemente. -----

Balanço e Demonstração dos Resultados: -----

Os Critérios de valorimetria das Imobilizações referem no ponto 4.1.9 que “nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objecto da correspondente redução, através da conta apropriada.” Assim sendo a CMA deveria anexar as contas das entidades nas quais participa, por uma questão de transparência e para criar a respectiva provisão para investimentos financeiros se necessário. Tal é aliás obrigação da Câmara de Almeirim, pois segundo o número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro na alínea c) e d) já são obrigatórias no sentido de que todas as contas deveriam ser entregues aos membros da Assembleia Municipal que é o órgão fiscalizador. -----

A OTOC publicou este mês o “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses dois mil e dez” no qual são dados destaques aos melhores e piores de Portugal. O Município de Almeirim é referido por ocupar o vigésimo oitavo lugar na lista dos “Municípios com menores resultados económicos”, com quatro virgula cinco milhões de euros. Com o resultado de dois mil e onze vê-se como Almeirim luta de forma árdua para tentar alcançar o primeiro lugar de entre os piores de Portugal. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Refira-se que vem evidenciado no mesmo documento que as Águas do Ribatejo, EIM são a décima quarta Empresa Municipal a nível Nacional com maior Passivo Exigível (dívidas) em dois mil e dez – vinte e seis virgula sete milhões de euros. -----

Análise Orçamental / Económica: -----

O Grau de Cumprimento Orçamental das despesas correntes é cerca de oitenta e três por cento, enquanto que o das despesas de capital é de, apenas, sessenta por cento. Tal significa que o executivo se limita a fazer gestão corrente olvidando os investimentos do município em diversas áreas. -----

Comparativamente ao orçamento podemos ver que as receitas de correntes são superiores ao previsto e ao ano dois mil e dez em cerca de um virgula três milhões de euros. Tal advém de aumentando extraordinário dos impostos directos, nomeadamente, IMT em um virgula dois milhões de euros. Esta verba vem fundamentalmente de uma “liquidação graciosa de Imposto Municipal sobre as Transacções onerosas de imóveis (“IMT”), de cerca de dois milhões de euros” por causa da fusão da Compal com a Sumol, segundo o seu Relatório e Contas. Caso não tivesse acontecido toda a história deste ano teria sido diferente. -----

As despesas diminuíram comparativamente a dois mil e dez cerca de zero virgula oito milhões de euros (menos cinco por cento), principalmente pela diminuição das despesas de capital em cerca de um virgula um milhões euros (menos vinte e dois por cento). As despesas correntes aumentaram zero virgula três milhões de euros (mais três por cento). Tal significa que a CMA não resolveu o seu problema do défice estrutural, dado que o aumento da receita veio de uma cobrança extraordinária de IMT; -----

No ano dois mil e onze houve um superávit corrente de 0,6 milhões euros, contudo se ajustarmos os cerca de um virgula cinco milhões de IMT extraordinário teríamos tido um deficit corrente de zero virgula nove milhões de euros (menos seis por cento de défice), ou seja, o Município tem a nível estrutural despesas correntes superiores às receitas correntes que gera. Tal não é novo e representa uma péssima gestão; -----

Das despesas correntes as diminuições mais significativas foram as despesas com pessoal em zero virgula cinco milhões de euros (menos nove por cento); -----

Refira-se um aumento na Aquisição de bens e serviços em zero virgula sete milhões de euros (mais dezassete por cento) numa altura em que se deve poupar o Município optou por gastar mais em bens e serviços prestados fora; -----

Que despesas tão especiais serão estas as que não têm lugar em nenhuma das quarenta e cinco categorias de despesas anterior mas ajustam que nem uma luva em



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

“outros bens” e em “outros serviços”? São mais de um milhão de euros numa rubrica supostamente residual mas que em Almeirim vale sete por cento do total das despesas? -----

Como é possível que Material de educação, cultura e recreio diminua cinquenta e sete por cento para uns míseros onze mil euros? Claramente estas não são apostas do executivo; -----

O Município gastou em Estudos, pareceres, projectos e consultadoria e Outros trabalhos especializados cerca de duzentos e cinquenta e dois mil euros. Estas rubricas poderiam, caso houvesse mais formação aos trabalhadores, ter sido feita internamente na esmagadora maioria dos casos; -----

Atribuição sem critérios objectivos de cerca de quinhentos e setenta e seis mil euros para associações e do concelho. Não pomos em causa que algumas entidades mereçam o apoio da CMA mas a questão é como é que se determina o valor do subsídio atribuído a cada entidade? Porque é que um clube desportivo recebe mais que outro? Qual a base para a atribuição destas verbas a estas associações? O apoio às instituições sem fins lucrativos deveria ser feito com base em critérios justos, universais e transparentes na atribuição dos mesmos que deveriam ser suportados num regulamento; -----

Há no final de dois mil e onze compromissos por pagar de um virgula sete milhões de euros de despesas correntes e um virgula quatro milhões de despesas de capital. No total são cerca de três virgula um milhões de euros o que é uma situação muito preocupante. Se estes compromissos tivessem sido pagos os défices seriam de sete por cento a nível corrente (um virgula um milhões de euros) e dezasseis por cento no total (dois virgula quatro milhões de euros), mesmo incluindo a receita extraordinária do IMT. Esta situação não pode deixar de preocupar os decisores políticos do Concelho. -----

Não consta nas Demonstrações Financeiras que nos foram entregues no prazo legal a Certificação Legal das Contas do ROC, ou seja, não é possível validar se as contas apresentam erros significativos. -----

Nota: Apesar de ser obrigatório por Lei o envio da documentação antecipadamente apenas antes do início da sessão este documento nos foi entregue. A auditoria anual detectou um erro de mais de três virgula sete milhões de euros nas contas que nos tinham sido entregues para analisarmos! -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Cumprimento da alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove republicado pela Lei cinco – A barra dois mil e dois. -----

Diz o artigo supra citado que compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara: “Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;”. O executivo não cumpre aquilo que está definido na Lei pois não apresenta as obrigações latentes, ou seja, não são referidos os processos em Tribunal (artigo cinquenta e três, número um, alínea e) e artigo sessenta e oito, número quatro todos da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro) em nenhum lado da apresentação de contas, que deveriam ser provisionados consoante a expectativa de sucesso nos processos. -----

Em Conclusão; As contas de dois mil e onze evidenciam que se realizaram praticamente todas as despesas previstas a nível corrente como os salários, electricidade, juros, prestações de serviços mas ao nível dos investimentos este exercício ficou muito aquém do esperado. -----

Preocupa, acima de tudo, o grande desequilíbrio orçamental ao nível das despesas correntes que devido a uma receita extraordinária de IMT ficou oculta este ano mas que é uma realidade. Se retirarmos este efeito extraordinário vemos que o défice corrente é de zero virgula nove milhões de euros, sendo este défice de seis por cento.

Graças a estas receitas extraordinárias não houve necessidade de aumentar os empréstimos em dois mil e onze, contudo o que tem acontecido nos anos anteriores voltará a acontecer, ou seja, voltará a haver receitas de capital – empréstimos bancários a vinte anos – para pagar despesas correntes como salários, pequenas reparações e despesas de funcionamento normais. -----

Refira-se que o Município tem ainda muitos empréstimos recentes contratados com carência de capital nos primeiros três anos. Significa isto que no futuro os encargos com o pagamento de empréstimos irá aumentar exponencialmente. -----

Acresce a este desequilíbrio o facto de haver no final de dois mil e onze compromissos por pagar de cerca de três virgula um milhões de euros o que é uma situação muito preocupante para a estabilidade financeira do Município e diz muito sobre a gestão.

Qualquer cidadão com pouco conhecimento económico percebe facilmente que este caminho é uma trajectória descendente que inevitavelmente acabará numa situação de ruptura financeira. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Não podemos concordar com esta gestão ruínosa. -----

Face ao exposto, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra a prestação de contas da Câmara Municipal de Almeirim referentes ao ano de dois mil e onze. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Independentemente da forma como os dados foram apresentados e da opinião das diferentes bancadas políticas, não nos permitiu aprovar as contas, como tal apresentamos a nossa declaração voto. -----

A prestação de contas do ano de dois mil e onze continua a reflectir a forma pouco rigorosa como, ao longo destes últimos anos, têm vindo a ser geridos e aplicados os recursos colocados ao dispor da maioria (PS) que apoia o presidente Sousa Gomes, que, nomeadamente desde o início deste mandato, tem implicado o sacrifício generalizado da população, obrigada a pagar impostos municipais e taxas e licenças que financiam acções de discutível prioridade e quase nulo benefício da comunidade, com a afectação e o condicionamento dos recursos futuros do município, nomeadamente a cedência dos serviços de água em prejuízo da população de Almeirim. Os representantes do MICA vêm constatando que, para obras e acções de duvidosa utilidade e que não conduzem ao progresso e ao desenvolvimento da nossa terra, se preteriu o social e o apoio ao desenvolvimento económico do concelho, e em nítida desvalorização dos recursos humanos concelhios geradores da pobreza e da miséria, conduzindo o nível de vida no nosso concelho para os lugares mais baixos do País. -----

Nós queremos e tudo fazemos para constituir uma alternativa de gestão de meios e recursos municipais e por isso: -----

votámos contra porque é inadmissível que a dívida de curto prazo aos pequenos fornecedores atinja mais de dois milhões de euros, o que leva que sejam eles os grandes financiadores deste executivo camarário ao longo destes últimos cinco anos, sem que lhes sejam pagos quaisquer juros; -----

votámos contra porque a dívida bancária já ultrapassa os oito vírgula dois milhões de euros, e os encargos suportados em dois mil e onze com o serviço da dívida aos Bancos, ultrapassou os setecentos e cinquenta e dois mil euros, sendo que parte dos empréstimos ainda nem sequer iniciaram os pagamentos a ter que ser suportados, anualmente pela Câmara; -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

votámos contra porque o passivo da Câmara Municipal ultrapassou os catorze virgula seis milhões de euros em trinta e um de Dezembro de dois mil e onze; -----

votámos contra porque os resultados líquidos negativos da gestão, acumulados já ultrapassam os trinta milhões de euros o que coloca o nosso Município num dos piores geridos no nosso País; -----

votámos contra porque nada sabemos sobre a real dimensão do endividamento e responsabilidades assumidas, nas múltiplas empresas intermunicipais e outras em que a Câmara participa pela recusa sucessiva de nos ser fornecida a informação legalmente exigida; -----

votámos contra porque durante todos o mandato nunca nos foi disponibilizada a informação sobre a situação económica, sobre as as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e estado actualizado dos mesmos e o exercício do Estatuto do Direito de Oposição; -----

votámos contra porque entendemos como inadmissível, a nível da ética e de todos os valores que, num ano de enorme crise económica e que tantos sofrem no nosso concelho o senhor presidente da câmara tenha aumentado os custos próprios, da sua remuneração a suportar pela câmara em mais de cento e sessenta e um por cento;

votámos contra, porque constitui um grave problema de transparência e rigor que a viatura que se encontra distribuída para uso pessoal do senhor presidente da câmara não tenha imputado qualquer custo com combustível; -----

votámos contra porque durante dois mil e onze a população foi fustigada com aumentos brutais da água e do lixo e viu retirados os respectivos benefícios com o IRS, sem qualquer melhoria, antes pelo contrário, dos serviços prestados pela Câmara; -----

votámos contra porque quando grande parte da população de Almeirim, em especial os jovens e os idosos vive com grandes dificuldades, o senhor presidente da câmara autoriza que pelos menos vinte e um funcionários acumulem as suas funções na câmara com outro ou outros empregos; -----

votámos contra porque entendemos como escandaloso que a câmara de uma forma de completa utilização abusiva de dinheiros públicos municipais, mais de seiscentos mil euros, em Estudos, pareceres, projectos, trabalhos especializados e consultadoria;

votámos contra porque este não é seguramente o caminho certo, e necessário e que a população do Concelho de ALMEIRIM merece; -----

votámos contra porque é preciso despertar a cidadania, no momento de grave situação de desemprego, do agravamento social que já provoca a fome a muitos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Almeirinsenses devia saber que, nesta fase de depressão económica, poderiam e deveriam ser utilizados instrumentos que alavancassem pequenos investimentos, através da Reabilitação Urbana que teriam, desde logo esse grande benefício, que era o de pôr a pequena economia a mexer, mas um outro, o de revitalizar e requalificar o centro da Cidade. -----

votámos contra porque é preciso um despertar de cidadania e por isso, propomos a implementação de algumas actividades , de forma activa, na exacta medida da esperança desta, para nós, inovadora solução sem que nada fosse aceite. -----

votámos contra porque com recursos tão escassos e, depauperados, pelos erros constantes de anos de desbarato, era fundamental fazer opções - fazer opções concretas e desinvestir agora, naquilo que ao longo dos anos já se provou ser errado, por nunca ter trazido qualquer mais-valia, uma superestrutura que consome recursos e se torna ineficaz, obras faraónicas e pouco reprodutivas, que só servem para alimento de egos e, erros de gestão que obrigam a gastar o dobro naquilo que, facilmente, se faria com metade. -----

Relatório de actividades dois mil e onze; -----

votámos contra porque tipifica uma falta de respeito, rigor e transparência que se queira e tente esconder da população de Almeirim que as remunerações anuais de um presidente da câmara municipal, do nível de Almeirim, incluindo as despesas de representação, mas não as com viaturas, telemóveis e outras, atingem, valores ilícitos, cerca de cinquenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e nove e cinquenta e seis cêntimos, por ano e as dos vereadores, a tempo inteiro cerca de quarenta e um mil seiscentos e vinte um e quarenta e dois cêntimos, custos que, são suportados pelos orçamentos das respectivas câmaras municipais; -----

votámos contra porque este não é seguramente o caminho certo, e necessário e que a população do Concelho de ALMEIRIM merece. -----

É preciso despertar a cidadania, e estamos plenamente convencidos que desempenhamos as nossas funções, para que legitimamente fomos eleitos pelos cidadãos eleitores de nosso Município, não só denunciado as várias ilegalidades, como apresentando alternativas às políticas existentes, mantê-las vivas e disponíveis até que, chegará o momento o que politicamente hoje parece impossível, se tornará inevitavelmente possível – já todos compreenderam que nós somos a alternativa, para uma efectiva mudança na governação no nosso Concelho de Almeirim, para que Almeirim volte a ser um concelho em que, de facto, haja qualidade de vida para a sua



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

população e que a esperança num melhor futuro seja a alma das nossa sociedade, onde todos tenham lugares sem medos e em plena liberdade.

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JORGE VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» A Declaração de Voto do Grupo do Partido Socialista assenta sobretudo nas listas de obras feitas face, embora às dificuldades que têm sido criadas às Autarquias. -----

Passamos a citar algumas obras: Nas freguesias deixou-se o alcatroamento quase completo; arruamentos em Fazendas, alcatroaram-se doze ruas; Em Benfica do Ribatejo, recuperou-se o pavimento em vários arruamentos; Fez-se a requalificação paisagística do Largo General Guerra em Almeirim; Construiu-se o Centro Escolar de Fazendas; Reconstruiu-se a Biblioteca Municipal; Instalaram-se Ilhas ecológicas pela Cidade; Iniciou-se a Construção da Casa Mortuária da Raposa; Substitui-se a cobertura do Mercado Municipal de Benfica do Ribatejo; Iniciaram-se os trabalhos de Construção da Circular Urbana até à EM 578; Iniciaram-se os trabalhos de Construção da Casa da Cultura em Fazendas de Almeirim; Iniciaram-se os trabalhos de construção da Rotunda de Fazendas. -----

Em colaboração com a empresa Águas do Ribatejo: Fizeram-se intervenções que concluíram os Sistemas de Saneamento Básico tratado no Concelho (Raposa; Paço dos Negros e Almeirim); Melhoraram-se as Captações de Água. -----

Outros melhoramentos se verificaram por ventura de menor valor mas não de menor significado. -----

Por tudo isto e tendo em conta as dificuldades criadas às Câmaras, o Grupo do PS votou a favor. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A CDU votou contra. Uma das razões, pela qual o fez, deve-se ao não cumprimento das promessas apresentadas para o Município no quadro das propostas às quais eles se referem. Outra razão, foi a falta de rigor na apresentação do assunto e falta de cumprimento da Lei. Por fim, quero deixar mais uma vez uma chamada de atenção, nomeadamente à mesa da Assembleia Municipal pelo facto de documentos e informações fundamentais e de lei nas nos serem entregues no prazo legal. Esta estratégia de entrega do ROC em cima da hora, é velha e já tem barbas nesta Assembleia Municipal de Almeirim. Este acontecimento configura uma irregularidade, uma mancha na pratica democrática e na transparência necessária à gestão dos dinheiros públicos que é inaceitável. A outra tem a ver com a informação da Câmara em matéria de finanças e prestação de contas sobre a dívida



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

das empresas que estão interligadas e que também nunca nos é dado, assim como os processos judiciais. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Tínhamos ainda um ponto quatro na ordem de trabalhos, no entanto vou declarar essa inclusão como um acto nulo na medida em que por lapso a proposta de revisão orçamental não foi submetida à apreciação do Executivo Municipal antes de ser apresentada à Assembleia Municipal. O assunto que foi a reunião de Câmara e aprovado, foi a inclusão do saldo de gerência de dois mil e onze do mapa de fundos disponíveis. -----

Não foi apreciada a revisão orçamental, daí tenha de retirar este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

JOÃO LOPES (Grupo da CDU) »» O Ponto três da Ordem de trabalho foi aprovado por minuta? Não devia ser aprovado por minuta? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não. -----

Para terminar, temos ainda um pedido de intervenção por parte do público. O Senhor Paulo Cesário, residente nas fazendas de Almeirim, pretende fazer uma intervenção sobre dois assuntos. Criação do Mega Agrupamento de Escolas do Concelho e Fornecimento de Almoços aos alunos do Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim. -----

Ausentou-se da Sala antes do início do Período destinado à intervenção do público, o Senhor Deputado Manuel Luís da Cruz Bárbara, não voltando a retomar o seu lugar. --

PERÍODO DO PÚBLICO

----- (Artigo vigésimo sétimo) -----

PAULO CESÁRIO »» Boa noite Senhor Presidente. Boa noite a todos os presentes. Obrigado pela oportunidade que me concedem de intervir nesta Assembleia Municipal. Antes de iniciar a minha intervenção, fazer uma saudação às comemorações da efeméride do 25 de Abril. -----

Sem este acto que devolveu a liberdade a todos nós, provavelmente hoje não poderia fazer a minha intervenção. -----

O Assunto que pretendo falar é sobre o camado Mega Agrupamento ou agregação de escolas. Quando os nomes são feios mudam-se as palavras. -----

Este assunto tem trazido alguma celeuma, pois a proposta do Ministério da Educação era a junção dos três agrupamentos do Concelho, e no seguimento disso, auscultando os diferentes órgãos, os Directores, a resposta que obtiveram é que a DREL estava contra o Mega Agrupamento. No seguimento dessa situação a Câmara Municipal, sem contar com o Senhor Presidente já por duas vezes se debruçou sobre o assunto,



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

decidindo que era contra a criação do Mega Agrupamento. Neste momento, existe um novo assunto relacionado com o Mega agrupamento que foi apresentado na reunião de ontem nas instalações da DREL. Esta, depois de se debruçar sobre o assunto e ouvir a opinião dos directores das escolas, decidiu que vai haver duas hipóteses. Ou seja, juntar a Marquesa de Alorna com o Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim ou juntar a Marquesa de Alorna com o Agrupamento de Febo Moniz. Aquilo que conheço não foi decidido ontem derivado à oposição da directora do Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim, pois a proposta era juntas as fazendas com a Marquesa de Alorna, mas Directora, Professora Conceição opôs-se, para poder ouvir a Câmara Municipal, neste caso passando a “batata quente” para a Câmara Municipal, afim de ouvir os responsáveis do Concelho. O que me traz aqui é sensibilizar a Câmara Municipal, concretamente na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, tendo em conta a posição que ouvi na entrevista que concede ao Almeirinese de defender o Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim. Visto que eu não sou porta voz das pessoas dos professores e dos pais, mas da minha sensibilidade, sei que as pessoas preferem ficar com estão, a serem agregados à Marquesa de Alorna. -----
Boa noite e obrigado. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Muito obrigado pela sua intervenção. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições, dou por terminada esta sessão. -----

Boa noite senhoras e senhores. -----

Às vinte e três hora e cinquenta e sete minutos do dia vinte e quatro de Abril de dois mil e doze, deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
